



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS I  
TURISMO E HOTELARIA**

**CARLA OLIVEIRA BRITO**

**PERFIL DO EGRESSO: SUA FORMAÇÃO E A EMPREGABILIDADE**

**Salvador  
2012**

**CARLA OLIVEIRA BRITO**

**PERFIL DO EGRESSO: SUA FORMAÇÃO E A EMPREGABILIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Turismo e Hotelaria, da Universidade do Estado da Bahia, como requisito parcial para obtenção de título de bacharel em Turismo e Hotelaria.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Msc. Ariadna da Silva  
Bandeira

**Salvador  
2012**

**CARLA OLIVEIRA BRITO**

**PERFIL DO EGRESSO: SUA FORMAÇÃO E SUA EMPREGABILIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Turismo e Hotelaria, da Universidade do Estado da Bahia, como requisito parcial para obtenção de título de bacharel em Turismo e Hotelaria.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

**Prof. Msc. Ariadna da Silva Bandeira**

---

**Prof. Msc. Sandra Regina Correa Guaré**

---

**Prof. Msc. Emília Maria Salvador da Silva**

FICHA CATALOGRÁFICA  
Sistema de Bibliotecas da UNEB

Brito, Carla Oliveira

Perfil do egresso: sua formação e a empregabilidade / Carla Oliveira Brito. –  
Salvador, 2012  
84f.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Msc. Adriana da Silva Bandeira.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade do Estado da  
Bahia.

Departamento de Ciências Humanas. Colegiado de Turismo. Campus I. 2012.

Contém referências e apêndices.

1. Turismólogo - Formação - Bahia. 2. Profissionais de nível superior. 3.  
Formação profissional. 4. Mercado de trabalho - Bahia. I. Bandeira, Adriana da  
Silva. II. Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas.

CDD: 380.14507

Dedico este trabalho a Deus, à minha mãe e a meu filho. E àqueles que acreditaram nesse trabalho.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida, por tudo que concedeu e por me permitir existir.

A minha mãe, pelas palavras de encorajamento e incentivo.

Ao anjo bom da UNEB, Rafaela Nascimento, por toda sua ajuda, informações e amizade, parte deste trabalho é fruto de todas as nossas conversas nesses anos.

As minhas queridas amigas Débora e Manuela, que comigo ansiaram este momento e souberam compreender a minha ausência.

Aos professores do curso de Turismo e Hotelaria que muito contribuíram para ampliação dos meus conhecimentos e para conquista deste mérito.

Aos meus amigos da graduação que tornaram essa jornada mais leve e gratificante.

Ao amigo Bruno Vinhas pela inspiração.

A professora Miriam Medina-Velasco pelo apoio e ajuda em um momento delicado da minha vida. E também por todas as suas valiosas contribuições.

A professora Sandra Guaré pelas sugestões e esclarecimentos importantes.

A professora Emília pela disponibilidade.

A professora Miriam Freire pelo auxílio.

E claro, a não menos importante mestra, orientadora e amiga Ariadna Bandeira: pelo aprendizado, orientação, conselhos, conversas. Sobretudo, por aceitar mais uma vez, um pedido de um aluno e nos ver como um diamante a ser lapidado. Pela maneira inspiradora e competente como você faz seu trabalho.

Enfim, a todos que contribuíram com este trabalho.

## RESUMO

A formação acadêmica é um fator chave para o sucesso do profissional. Portanto, produzir profissionais com habilidades e competências passa a ser o papel das universidades e, conseqüentemente, deixa de construir, no nível da graduação, o pensamento crítico que lhe era comum. O objetivo geral do trabalho proposto é avaliar se a formação acadêmica do bacharel em Turismo e Hotelaria da Universidade do Estado da Bahia garante sua empregabilidade. Considerando as variáveis utilizadas para avaliação dos egressos, foi aplicado questionário on-line, que permitiu elaborar o perfil do diplomado, avaliar o curso e analisar sua empregabilidade. O confronto com as bases teóricas permitiu desmitificar que o curso de Turismo e Hotelaria não garante a empregabilidade dos seus ex-alunos. Foi possível detectar o ingresso de pessoas em cursos de mestrado e doutorado, demonstrando o interesse pela área acadêmica. Entretanto, a capacitação ainda carece de um posicionamento perante a formação do profissional para conseguir avançar cada vez mais em direção ao ensino universitário e maior qualidade para a formação de novos bacharéis em Turismo e Hotelaria.

Palavras Chave: Formação acadêmica; Bacharel em Turismo e Hotelaria; empregabilidade; universidade.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Setores que empregam os egressos de Turismo e Hotelaria da UNEB	51
Gráfico 2 - Vínculo empregatício dos egressos	52
Gráfico 3 - Tempo de experiência em Turismo.	53
Gráfico 4 - Percentual de alunos que ingressaram em cursos de pós-graduação.	55
Gráfico 5 - Avaliação da matriz curricular.	57
Gráfico 6 - Avaliação Geral das Habilidades e Competências dos Egressos.	63

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Características da implantação universitária no Brasil	29
Quadro 2 – Distribuição dos títulos de graduação por curso.	40
Quadro 3 - Perfil do Egresso de Turismo e Hotelaria da UNEB	56
Quadro 4 – Avaliação da Formação Acadêmica, segundo os egressos.	59
Quadro 5 – Avaliação da Empregabilidade.	61
Quadro 6 – Avaliação da Empregabilidade: Habilidades e Competências.	65

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Dados do curso de bacharelado Turismo e Hotelaria da UNEB

45

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	12
<b>2 UNIVERSIDADE: ASPECTOS HISTÓRICOS E PAPEL E POLÍTICA</b>	18
2.1 UNIVERSIDADES BRASILEIRAS: DA IMPLANTAÇÃO HOJE	19
2.2 A UNIVERSIDADES DO ESTADO DA BAHIA	25
2.3 FORMAÇÃO ACADÊMICA	26
2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR	30
2.5 O PAPEL DA UNIVERSIDADE	34
<b>3 CURSO DE TURISMO NO BRASIL</b>	38
3.1 CONTEXTO POLÍTICO DA BAHIA	42
3.2 O CURSO DE TURISMO E HOTELARIA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA	43
<b>4 PERFIL DO EGRESSO: SUA FORMAÇÃO E SUA EMPREGABILIDADE</b>	50
4.1 PERFIL DOS EGRESSOS	50
4.2 AVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO ACADÊMICA	56
4.3 EMPREGABILIDADE	59
<b>5 CONCLUSÃO</b>	66
<b>REFERENCIAS</b>	69
<b>APÊNDICES</b>	77

## 1 INTRODUÇÃO

As transformações no cenário mundial implicam mudanças tanto no papel social das universidades quanto no processo de formação dos indivíduos, orientado ao mercado de trabalho. Sabe-se que o número de funções existentes no turismo é bastante vasto e devido a esta diversidade, a tarefa de orientar os futuros profissionais, num mundo flexível e demasiado mutável, pelos caminhos do conhecimento torna-se difícil.

A formação de profissionais com diploma de terceiro grau vem sendo, para a maioria da sociedade, um dos aspectos mais relevantes da academia. Pensar, agir e avaliar a ação compõe momentos de uma circularidade ideal que não conhece segmentação fixa. Sabe-se que ainda insiste-se na importância da formação de melhores agentes críticos a cada ano dentro das universidades, uma vontade meramente utópica. O ambiente acadêmico tem sido visto como importante para o desenvolvimento do estudante ao oferecer, por um lado, o ensejo de partilhar ideias e experiências bem como o encontro com pessoas.

Ao fim da graduação, os egressos da academia se espalham pela sociedade adentro, vão buscar se colocar no mercado de trabalho. Assim, podem-se classificar os novos profissionais em três tipos, conforme seu comportamento durante a graduação: os que decoram fórmulas, mas que não entenderam realmente sobre os assuntos abordados, contudo tiveram um desempenho mediano em suas graduações; os especialistas, que conhecem tudo sobre um determinado assunto, todavia se desinteressam pelos outros e; por último, os chamados alunos intelectuais: aqueles teoricamente conhecedores de tudo, mas despreparados para a vida prática.

Num contexto de intensas transformações, podem-se perceber as alterações na dinâmica da atividade turística, com a redefinição das destinações através do uso, aplicação e desenvolvimento das tecnologias, as quais interferem na qualidade dos profissionais do turismo, que por sua vez, deverão ser mais qualificados, permitindo que as empresas ganhem margem competitiva. O desafio passa a ser a formação destes profissionais para que sejam capazes de entender todo o processo e intervir nele (aspecto generalista) e, da mesma forma possuir o conhecimento aprofundado e específico sobre a atividade turística (aspecto especialista). Logo, as pessoas que trabalham neste setor (turístico), fazem a diferença por ser um profissional com elevado nível de envolvimento e mais capacitado.

A delimitação do assunto e sua enunciação em proposição significativa relevante e controlável através da pesquisa levam à indicação de seus objetivos intrínsecos. Deve-se observar que o objeto da pesquisa é aquilo que se quer conhecer relativamente. Toda e

qualquer ideia precisa de um ou mais objetivos que justifiquem sua realização. Os objetivos podem ser intrínsecos ou extrínsecos, teóricos ou práticos, gerais ou específicos e definem a natureza do trabalho.

Assim, o objetivo deste trabalho é avaliar a formação acadêmica dos bacharéis em Turismo e Hotelaria da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) da cidade de Salvador e sua relação com a empregabilidade, por intermédio da interpretação dos egressos sobre sua experiência acadêmica e sobre o mercado de trabalho.

Nesta perspectiva, foram definidos dois objetivos específicos:

- a) caracterizar o perfil dos egressos do curso de Turismo e Hotelaria da Universidade do Estado da Bahia;
- b) relacionar a empregabilidade dos egressos em torno de sua formação na área de turismo e hotelaria.

Que tipo de aluno egressa da Universidade? São notórias as discussões midiáticas, mercadológicas e até mesmo dentro da comunidade acadêmica a respeito da analogia entre educação e empregabilidade de egressos e é justamente a partir desta relação que surge a questão-problema deste trabalho: até que ponto, a formação acadêmica dos egressos do curso de Turismo e Hotelaria da Universidade do Estado da Bahia, ministrado na cidade de Salvador, melhorou suas chances de empregabilidade?

A hipótese que responde ao último questionamento é que a empregabilidade dos egressos de turismo e hotelaria não é/foi garantida pela formação acadêmica recebida, uma vez que o perfil profissiográfico do bacharel em Turismo proposto pelo projeto pedagógico do curso de bacharelado em Turismo e Hotelaria da UNEB não está em consonância com o mercado, levando a uma situação em que, muitas vezes, é preciso recomeçar, pois os vínculos apresentados entre o campo de estudo e profissional são distantes.

Apesar de, na teoria, serem profissionais indispensáveis, estrategicamente, para o Turismo, os bacharéis egressos da UNEB apresentam insatisfações sobre sua empregabilidade após sua formação acadêmica. O profissional do Turismo e da Hotelaria deverá ter uma formação ao mesmo tempo generalista e especialista, constituída de conhecimentos específicos. Entretanto, o órgão regulador da educação brasileira, Ministério da Educação e Cultura (MEC), propõe uma diretriz gerencial; as competências e habilidades propostas requerem um profissional voltado para planejamento e gestão.

Essa visão apresenta conformidade com algumas entidades de classe da área, cujo entendimento é de que o bacharel deve atuar no planejamento e desenvolvimento do turismo, realizando estudos de viabilidade econômica e técnica, avaliando o aproveitamento de recursos naturais e culturais, desenvolvendo e comercializando produtos turísticos, elaborando planos de marketing etc. Ou seja, deve acumular funções que demandam conhecimentos multidisciplinares.

O conhecimento em relação aos programas de estudos, a maneira como se justifica em relação à dimensão profissional, o impacto do ensino proposto pela academia e as características do emprego e trabalhos nos quais ele desemboca. As conexões entre o ensino superior, em geral, e o mundo do trabalho constituem uma das questões mais debatidas. Contudo, as informações sistemáticas são restritas ou inexistentes. Constata-se, portanto, que há uma lacuna em relação ao *déficit* de competências, às qualificações esperadas, a não correspondência entre as competências dos diplomados e as necessidades dos sistemas de emprego, que vêm gerando algumas reivindicações por parte dos empregadores no sentido de diminuir este distanciamento.

Nota-se uma deficiência de informações sistemáticas sobre os impactos da formação acadêmica na empregabilidade dos egressos, sobretudo nas áreas mais recentes, a exemplo do Turismo e da Hotelaria. A relevância deste trabalho justifica-se pela necessidade de conhecer a realidade dos egressos do curso de Turismo e Hotelaria da UNEB, e da maneira como estão inseridos no mercado de trabalho, procurando rumos para o ensino superior em turismo com maior coerência entre as necessidades do mercado de trabalho sem desconsiderar o processo de ensino no âmbito da academia. Procura-se contribuir com um levantamento de dados à academia e a sociedade, em geral, que poderão ser utilizados como norte à proposição de novas práticas pedagógica no ensino superior do Turismo, sem deixar de conduzir às atitudes de construção do conhecimento e do saber, característica da universidade.

Esta monografia tem a sua metodologia apoiada na razão técnico-científica uma vez que busca dar viabilidade aos dados já disponíveis na instituição, mas que, de um lado precisam ser recuperados e/ou preservados, ao tempo em que catalogados e disponibilizados com facilidade e segurança.

Segundo os objetivos mais gerais, essa pesquisa classifica-se tanto como exploratória, pois ao buscar pesquisar a percepção que os bacharéis egressos em turismo da Universidade do Estado da Bahia em relação à sua formação acadêmica, um tema pouco explorado, proporciona maior familiaridade com o problema, com vistas a torna-lo mais

explícito. Quanto descritiva uma vez que descreve as características de uma determinada população.

O escasso conhecimento científico em torno do tema apresentado neste trabalho, “Avaliação Acadêmica dos egressos do curso de Bacharelado em Turismo e Hotelaria da Universidade do Estado da Bahia e sua empregabilidade”, evidencia a associação da técnica qualitativa de coleta de dados com o método quantitativo. Além de favorecer a aproximação do pesquisador com as experiências reais dos sujeitos da pesquisa, permitindo que as análises sejam mais aprofundadas e coerentes com a realidade em questão, o método quantitativo também é utilizado para expressar informações numericamente.

A coleta de dados é composta por duas fases distintas. A primeira etapa da pesquisa foi constituída pelas consultas em fontes secundárias sobre a formação dos egressos na área de turismo, universidade e políticas educacionais em bibliotecas da Universidade Estadual da Bahia, Universidade Federal da Bahia e outras instituições. O procedimento de coleta foi consulta a artigos, livros, teses, revistas dentre outros nas bibliotecas, bem como páginas da internet.

A segunda etapa relaciona-se com a pesquisa em fonte de dados primários. Foram utilizados documentos pesquisados em bibliotecas e fontes extraídas da base de dados do SAGRES (sistema de gestão dos dados educacionais da UNEB) informações a acerca da quantidade de egressos, ano de formação, tempo de permanência, dados de trancamento e abandono. Após a obtenção destes, entre outros dados existentes, que tornou possível a realização do delineamento dos critérios propostos na pesquisa.

Também foi aplicado questionário compreendido por 21 perguntas, na forma mista, isto é, com apresentação de 17 questões objetivas fechadas formuladas por meios de alternativas de única escolha e 02 perguntas de avaliação através das medidas de opiniões, com intuito de avaliar a percepção do egresso quanto a sua experiência formativa e 02 questões abertas para descrição e justificativas necessárias para maior esclarecimento. Esta coleta de dados foi realizada através da disponibilização do questionário em página específica da internet, que podia ser acessado através do seguinte endereço: <http://goo.gl/Adksb>, assim como através do envio por e-mail do mesmo instrumento para os 185 egressos.

Para este trabalho, foram pesquisados os 221 bacharéis em Turismo e Hotelaria da Universidade do Estado da Bahia, formados entre os anos de 2002 (primeira turma) e 2011 (última turma até a realização desta pesquisa).

Em principio, para realização deste trabalho era de grande interesse - e necessidade conseguir aplicar o questionário a todos os egressos. Entretanto, dentre as

dificuldades operacionais encontradas para realização do método pode-se relatar a dificuldade contatar os egressos e despertar o interesse dos mesmos em responder ao questionário de pesquisa elaborado para o projeto.

A obtenção de dados como telefone ou endereço dos diplomados, para contato não foi possível uma vez que não houve retorno ao pedido de autorização feito ao Colegiado de Turismo. Contudo, foi possível realizar contato com 185 egressos (83% da população) através de endereço eletrônico e redes sociais. Foram obtidas 112 respostas, o que equivale a uma taxa de 60% de retorno. Dessa forma, essa pesquisa se concentrou na análise das informações fornecidas pelos entrevistados que colaboraram com o desenvolvimento deste estudo.

Igualmente houve uma tentativa de realizar uma pesquisa com os docentes a fim de conhecer sua percepção sobre o curso de Turismo e Hotelaria e, através deste, criar de um fator de medição para qualidade do curso. Entretanto, devido ao retorno de apenas três questionários preenchidos, essa ação foi desconsiderada.

Os dados obtidos caracterizam as respostas prestadas por aqueles ao instrumento aplicado. Tais dados foram disponibilizados pelo próprio sítio, o qual o questionário fora hospedado, outros dados foram consolidados em uma planilha e processados através da ferramenta *Microsoft Excel*. Esse processamento consistiu na execução da tabulação daqueles dados permitindo a elaboração de gráficos e tabelas. Com relação às questões abertas, as respostas foram analisadas individualmente e organizadas depois de interpretadas.

Nesse percurso, realizou-se levantamento documental sobre o processo de implantação das universidades brasileiras, a empregabilidade e o curso de Turismo. As contribuições obtidas na Universidade do Estado da Bahia e da Universidade Federal da Bahia, assim como em outras faculdades particulares e em sítios da internet, foram significativas: com acervos de considerável importância para a construção do referencial teórico deste trabalho.

Por outro lado, esta informação de alto valor para o incremento da atividade de pesquisa, necessita de meios de transmissão adequados, tanto para uso interno como externo, busca-se dar melhor e mais amplo uso ao que a instituição já dispõe, mas que, por razões várias, não apresentam hoje utilidade plena, desta forma, ao final da etapa de pesquisa será realizada a tabulação dos dados objetivos.

Todo o arcabouço teórico permeia sobre os conceitos básicos do turismo, a empregabilidade, o papel da universidade dentro da dicotomia existente entre o mercado de trabalho e o ensino superior, possibilitando, assim, a elaboração de novos padrões cognitivos

atrelados à busca de conceitos e teorias, fornecendo bases para reflexão do que já foi dito academicamente para chegar a novos resultados.

Conduzido pelo problema de pesquisa, o trabalho está estruturado em cinco capítulos. No Capítulo 1, apresenta-se a introdução contendo as justificativas, as linhas norteadoras do trabalho e a metodologia o qual expõe o processo investigativo e as técnicas empregadas à análise proposta. O capítulo 2 é composto pela contextualização acerca da universidade brasileira, da Universidade do Estado da Bahia, formação acadêmica, políticas públicas para educação superior e o papel da universidade. No Capítulo 3, relata-se sobre os cursos de turismo no Brasil e de maneira mais específica, sobre o curso de Turismo e Hotelaria da UNEB. O capítulo 4 expõe e discute os resultados do estudo após coleta e tratamento dos dados. E por fim, no Capítulo 5 apresenta-se a conclusão, as limitações e as sugestões para estudos posteriores.

## 2 UNIVERSIDADE: ASPECTOS HISTÓRICOS, SUA FUNÇÃO, PAPEL E A POLÍTICA

A função da universidade é uma função única e exclusiva. Não se trata, somente, de difundir conhecimentos. O livro também os difunde. Não se trata, somente, de conservar a experiência humana. O livro também a conserva. Não se trata, somente, de preparar práticos ou profissionais, de ofícios ou artes. A aprendizagem direta os prepara, ou em último caso, escolas muito mais singelas do que as universidades (Anísio Teixeira).

Com estas palavras, proferidas na inauguração dos cursos da Universidade do Distrito Federal, Anísio Teixeira criticava a universidade voltada para a formação profissional. Segundo ele, uma das características da universidade que é a de ser um lugar de investigação e de produção do conhecimento. E uma das exigências para a efetivação desse projeto era, sem dúvida, o exercício da liberdade e a efetivação da autonomia universitária. Tratava-se de conservar o saber vivo através dos homens e formular, de maneira intelectual, a experiência humana.

Uma concepção com implicações bem distintas para o processo educacional é o ideal de universidade. As universidades europeias nos séculos XII e XIII eram constituídas de faculdades de Direito, Medicina e Teologia; e dessas pelos menos as duas primeiras continuam sendo faculdades profissionais<sup>1</sup> mais importantes da universidade atual. As escolas urbanas independentes da igreja, conhecidas como *studium generale* àquela época, tornou-se o “principal instituto de instrução (...) continuando a dominar a cena da atividade educativa” até hoje (Cambi, 1999, p.183).

O ensino era transmitido na língua litúrgica cristã (latim) e tinha o intuito de recuperar e conservar o mundo criado pela Grécia e Roma antigas. Esse comportamento provocou uma insatisfação entre os alunos e professores seguiram pelo mesmo caminho e juntaram em corporações e reivindicaram um debate mais aberto e fundamentado sobre as antigas teorias gregas. A essas corporações estudantis, chamaram-se universidades. Essas universidades conquistaram o direito à greve, a atribuição de graus, diplomas e a possibilidade de recorrer diretamente ao papa. A Universidade emergiu da necessidade de vida em comum

---

<sup>1</sup> Escola ou Faculdade Profissional – uma instituição dedicada ao estudo exclusivo de Administração, Direito, Medicina, Odontologia ou outra especialidade de profissão liberal. A palavra *profession* é usada em inglês, especialmente para ocupações que exigem educação superior e treinamento especializado (Wolff, 1993, p.35).

dos aprendizes que se dedicavam às ciências e vida intelectual. (CAMBI, 1999; MINTO 2006; WOLFF, 1993).

A Universidade preocupada “em preparar o homem para descobrir, formular e ensinar a ciência” (LUCKESI et al 2001, p. 33) surgiu no século XIX, a partir da Universidade de Berlim (1810), que possuía princípios da pesquisa livre por parte do corpo discente e docente. Isso atraiu diversos pesquisadores de todo mundo e introduziram os laboratórios científicos e o estudo monográfico (BARRETTO; TAMANINI; SILVA, 2006).

Muito já foi dito sobre a universidade e sua implantação no Brasil. Diversos pontos de vista foram apresentados, ideias explanadas e algumas ações saíram do papel. Alguns questionamentos ainda permeiam os debates no âmbito acadêmico. Como surgiram as universidades neste país? O que vem a ser a chamada “formação acadêmica (ou universitária)”? O que as políticas públicas educacionais propõem às universidades? As respostas serão encontradas nas seções que compõe este capítulo, o qual está estruturado em quatro partes distintas. De maneira ampla, busca contextualizar o surgimento da universidade brasileira até a sua estrutura na sociedade hoje; explanar sobre a criação das universidades brasileiras; discorrer sobre formação acadêmica empregabilidade; e por fim, elucidar, de forma sucinta, sobre políticas públicas de educação brasileira.

## 2.1 UNIVERSIDADES BRASILEIRAS: DA IMPLANTAÇÃO ATÉ HOJE

Desde o Governo Geral até a chegada da família real portuguesa no Brasil colônia, a educação brasileira era essencialmente religiosa: os sacerdotes formavam os professores que ensinariam nas escolas, cuja administração cabia à Igreja Católica.

A primeira tentativa de criação de uma Universidade em território brasileiro está remetida ao século XVI, pelos jesuítas, não autorizada pela corte portuguesa que não encontrou uma justificativa para implantação desta instituição na colônia. Dessa forma, para que os filhos das elites pudessem concluir seus estudos, deveriam ser mandados a Coimbra ou a qualquer outra universidade na Europa. Também, durante a Inconfidência Mineira houve intenção deste tipo, o que não acabou acontecendo. Pode-se notar aqui a primeira herança educacional portuguesa: a importância do conhecimento em nível superior. Portugal sabia que o conhecimento traria esclarecimento aos seus frequentadores e que certamente, seria transmitido por esses aos seus próximos proporcionando esclarecimentos sobre a situação política da época. E com todas as transformações que estavam ocorrendo naquela época na Europa, isso certamente, lhe traria problemas de ordem política (FÁVERO, 2006).

Até a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, pode-se afirmar e notar que a elite brasileira sofreu grandes influências na sua formação. E foi durante a estada portuguesa no país que o primeiro curso de caráter superior foi criado em 1808, o Curso Médico de Cirurgia, no estado da Bahia e a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica no estado do Rio de Janeiro. Ambas, matrizes das Faculdades de Medicina e Farmácia, da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), respectivamente. Em 1811, foi instituída a Academia Real Militar do Rio de Janeiro (base à atual escola de Engenharia da UFRJ). O curso de público de Agricultura foi instituído em 1812, na Bahia (CUNHA, 1980; CURY, 2009).

A Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios foi criada em 1818, numa conjuntura de estudos difícil de imaginar para esta época: as ciências matemáticas, químicas, biológicas e botânicas, juntamente com as práticas de ofícios mecânicos, como a ferraria e a marcenaria e as belas artes (neste caso, arquitetura e artes ornamentais). Nunca chegou a funcionar, sendo em 1820, recriada com o nome de Real Academia de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil. No ano de 1828, os chamados cursos jurídicos foram instalados em São Paulo e em Pernambuco, na cidade de Olinda. Ainda em 1874, no Rio de Janeiro, surgiu a Escola Politécnica e em Minas Gerais, foi fundada a Escola de Minas de Ouro Preto um ano depois (CUNHA, 1980; VILLANOVA, 1948 apud FÁVERO, 2006; GRACIANI, 1982).

No ano de 1832, as academias de Medicina de Salvador e do Rio de Janeiro, foram transformadas em faculdades, abrangendo também os cursos de Farmácia e Obstetrícia. Em 1839, na cidade mineira de Ouro Preto, passou a funcionar o segundo curso de Farmácia do país. E em 1854, por decreto de 28 de abril, os cursos jurídicos foram transformados em faculdades de Direito. No mesmo período, Olinda perdeu seu curso de Direito que passou a ser ministrado em Recife (CUNHA, 1980).

Nota-se que até este momento, mesmo sendo sede da Monarquia, não existiam instalações de universidades e sim, de cursos e academias com objetivo de formar profissionais para o “Estado”. Tudo o que o Brasil conseguiu foram: cursos profissionalizantes para formar burocratas, especialistas na produção de bens simbólicos<sup>2</sup> e como subproduto, profissionais liberais.

Até a proclamação da República, outras tentativas foram registradas. No entanto, poucas iniciativas foram concretizadas por parte dos governos imperiais no campo superior,

---

<sup>2</sup> Entende-se por bens simbólicos, objetos artísticos ou culturais que possuem valor de mercado: quadros, peças, sinfonias (BOURDIEU, 1987). São os profissionais que fizeram um dos seguintes cursos superiores: Desenho, História, Música, Arquitetura e Direito (CUNHA, 1980, p.64).

que ficaram limitados à manutenção e a regulamentação das instituições já existentes (MENDONÇA, 2000). Ressalta - se que, conforme a Constituição de 1891 cabia ao Estado à criação, bem como a regulação do ensino secundário e superior no país, era o chamado “ensino oficial”: ensino criado e mantido pelos poderes públicos, que também eram os responsáveis pela titularidade privativa da chancela dos certificados e diplomas. Os primeiros atestam a conclusão do curso escolar ao passo que o segundo é condição para o exercício de profissões regulamentadas.

Mesmo assim, o surgimento de instituições universitárias continuava sendo adiado pelo Governo Federal, transformando-se em objeto de batalhas por conta das reformas implementadas e pelas demandas políticas, sobretudo dos positivistas. Uma vez que os positivistas brasileiros defendiam um movimento de “desoficialização” do ensino secundário e superior. Os mesmos sugeriam o fim da exigência dos diplomas oficiais para o desempenho de qualquer atividade profissional (inclusive Medicina). O que se pretendia alterar, em verdade, era a interferência do Estado no acesso à educação superior oficial, pois ao ser o único responsável por isto, sujeita a seleção dos candidatos às atitudes clientelistas (SILVA, 2006).

Neste cenário, as universidades encontraram condições para existir. Em 1911, o então Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Rivadávia Correia, apresentou a legislação que permitia a adoção do ensino livre (qualquer pessoa poderia ensinar qualquer coisa a quem quisesse), favorecendo o aparecimento dos estabelecimentos de ensino particulares. Em uma manobra estratégica, o movimento deslocou-se, provisoriamente, do âmbito federal para se focar no âmbito estadual. E neste contexto surgem as Universidades de Manaus (1909), de São Paulo (1911) e do Paraná (1912). Todas estas, como instituições livres as quais não perduraram (SILVA, 2006; FÁVERO, 2006; CURY, 2009).

No ano de 1915, o ensino superior é, então, reorganizado através do decreto 11.530, de 18 de março assinado pelo presidente Wenceslau Braz e pelo ministro Carlos Maximiliano. Por meio dele, é que se dispõe à criação a respeito da instituição de uma universidade, no seu artigo 6º:

O Governo Federal, quando achar oportuno, reunirá em Universidade as Escolas Polytechnica e de Medicina do Rio de Janeiro, incorporando a ellas uma das Faculdades Livres de Direito dispensando-a da taxa de fiscalização e dando-lhe gratuitamente edificio para funcionar (BRASIL, 1915, p. 3028).

De qualquer forma, cabe afirmar que somente em 1920, o presidente Epitácio Pessoa instituiu a primeira Universidade (federal) do país: a Universidade do Rio de Janeiro

(URJ). Nasce assim, a primeira instituição criada pelo Governo Federal que traz consigo o reavivamento do debate acerca do problema universitário brasileiro. Entre os temas recorrentes estão: concepção de universidade, modelo de universidade, autonomia universitária e funções das universidades brasileiras (FÁVERO, 2006; MENDONÇA, 2000).

No que concerne à função e papel da universidade, existem dois posicionamentos diferentes: a de que a Universidade deveria estar voltada à pesquisa, além de formar profissionais; e que a prioridade era a formação profissional. No entanto, não se chega a um consenso da visão de universidade que se deveria ter nos anos de 1920, nem na esfera federal, nem na esfera estadual com quando foi criada a Universidade de Minas Gerais (BOAVENTURA, 2009).

Esta discussão passa a ser retomada a partir de 1930, com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, do Conselho Superior de Ensino e das Universidades de São Paulo (USP), 1934 e Universidade do Distrito Federal (UDF), 1935. Segundo o decreto 6.283/43, a USP surge com as seguintes finalidades principais: “promover, pela pesquisa, o progresso da ciência; formar especialistas em todos os ramos da cultura [...] bem como técnicos e profissionais em todas as áreas profissionais de base científicas ou artísticas”. Já a UDF, surgiu com uma “vocação científica e uma estrutura completamente diferente das Universidades já existentes” (Fávero, 2006, p.25). Tanto na UDF, quanto na USP, percebe-se a central preocupação com o desenvolvimento das pesquisas e dos “altos estudos<sup>3</sup>”.

A verdade é que essas duas instituições se constituíram de forma igual a todas as outras instituições existentes: através de escolas profissionalizantes que já funcionavam e foram incorporadas, formando um conjunto. O que as diferenciou das outras, foi a sua estrutura e os nomes envolvidos nas suas criações: Fernando de Azevedo (USP) e Anísio Teixeira (UDF).

Enquanto na USP, criou-se a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Conforme Scharzman (1979, apud Mendonça, 2000, p. 139), “esta [faculdade] seria o eixo integrador da universidade [...]”, cuja expectativa era de que “contaminasse favoravelmente as demais, modificando-lhes o espírito tradicional e bacharelesco”. Na UDF, surgia à utilização das denominadas escolas, um forte indicativo do desejo de ruptura com o modelo de escolas profissionalizantes agregadas. As cinco escolas<sup>4</sup> constituintes propunham desenvolver a

---

<sup>3</sup> Estudos realizados em nível de pós-graduação.

<sup>4</sup> As cinco escolas são: Escolas de Ciências, Educação, Economia e Direito, Filosofia e o Instituto de Artes (Mendonça, 2000, p. 139).

universidade de maneira completa entre si, baseada no tripé ensino, pesquisa e extensão (MENDONÇA, 2000).

No ano de 1937, por iniciativa do ministro Gustavo Capanema, é criada a Universidade do Brasil (UB), hoje, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como uma universidade padrão que serviria de modelo para que todas as outras universidades do Brasil se adequassem. Capanema ainda foi o responsável pelo fechamento da UDF e pela criação da Faculdade Nacional de Filosofia, no estado do Rio de Janeiro (MENDONÇA, 2000; FÁVERO, 2000). No entanto, esse projeto fracassa, pois não houve organização verdadeiramente universitária. Não havia autonomia universitária e havia burocracia expressiva e, principalmente, porque não se desvinculou do modelo universitário vigente.

A partir dos anos de 1950, o país tem seu ritmo de crescimento acelerado por conta do desenvolvimento econômico e da industrialização. Teixeira (1989, apud Minto, 2006, p. 89), afirmava que “o caráter efêmero de nosso ensino superior se devia ao fato deste ter sido órfão de um verdadeiro projeto de universidade ao longo de mais de um século”. Mesmo após esse “renascer” do projeto de universidade, baseado no modelo francês, esse nível sofreu com a expansão indiscriminada entre os anos de 1940 – 1950. Somente em 1960, é que seria retomada a ideia de universidade, com o projeto da Universidade de Brasília (UnB), a qual surge como universidade moderna baseado no modelo norte-americano de ensino.

A primeira universidade que nasceu de um plano educacional definido e não de faculdades profissionalizantes pré-existentes, se contrapondo ao modelo de universidade segmentada pela justaposição como fora as outras. [...] A prioridade era o desenvolvimento de uma cultura e de uma tecnologia nacionais em sintonia com o projeto nacional-desenvolvimentista em curso no país. [...] A universidade deveria exercer papel fundamental no desenvolvimento econômico do país e em sua independência científica e cultural, formando a um só tempo cientistas e técnicos. (BOMENY, 1994).

O modelo francês ou napoleônico de universidade é caracterizado pela presença de escolas isoladas de cunho profissionalizante; o ensino e a pesquisa são dissociados e com a presença marcante de grande centralização estatal (PAULA, 2002). Enquanto o modelo norte americano tem seu cerne constituído no regime departamental. Deve-se dizer que o regime departamental, na configuração da reforma desta época, favoreceu de certa forma a expansão do ensino superior estatal brasileira, uma vez que a contratação docente ocorreria por meio de concursos públicos, a gestão colegiada tomou o lugar do poder acadêmico e institucional centrado no professor catedrático e permitiu a incorporação de graduados dependentes das vagas oferecidas e das decisões das bancas examinadoras (CUNHA, 2004).

Contudo, não faz parte do objetivo deste trabalho analisar os modelos educacionais adotados pelas universidades brasileiras, nem suas dificuldades. A análise com este nível de detalhamento revelaria a complexidade das relações educacionais à luz da pobreza política da elite, bem como o “Frankenstein” das escolas isoladas durante o Regime Militar (FERNANDES, 1984).

Faz-se imprescindível destacar que a educação constituiu-se numa importante dimensão do regime, “seja por sua função imediata de legitimação e inculcação ideológica, seja pelo lado da formação técnico profissional, suprimindo assim a demanda pela qualificação da mão de obra” (Minto 2006, p. 90). Com o regime militar também veio uma mudança decisiva: a adoção de políticas de “ajuda” americana para “investimento” na educação. O papel desta “ajuda” nada mais foi senão um instrumento de legitimação ideológica, cujo principal estratégia constituiu-se na disseminação dos princípios da “teoria do capital humano”, que atribuiu à educação um “valor econômico”. Isto significou dizer, que a educação ganhou um caráter tecnicista e que passou a ser vista como investimento econômico passível de retornos financeiros e, portanto, sujeita às determinações da economia capitalista (MINTO 2006).

Apesar das diversas análises históricas sobre as Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, poucos remontem-se ao período anterior ao Golpe Militar de 1964. É inegável que até hoje, a educação superior ainda não tenha se “recuperado” do cerceamento das ideias ocorrido àquela época. Outrossim, precisa-se também conhecer o contexto da criação das IES para que a atualidade possa ser compreendida com mais clareza. E, sobretudo, para que se entenda qual o papel da universidade quando criada e hoje.

Neste período, o segmento universitário que mais sofreu intervenções foi o das Ciências Sociais, enquanto as áreas mais aplicadas e profissionalizantes, como engenharia e medicina, sofreram menos com a interferência do autoritarismo; professores foram afastados e até exilados. No campo dos recursos, a coação também ocorreu. A área de humanas foi sacrificada até quase o sufocamento. Cessado o regime militar, constata-se que essas áreas não conseguiram se mostrar ágeis na mobilização de recursos para saltos mais ousados. E passou-se a cultivar a ideia de que o setor produtivo que se apossar da universidade. É certamente, mais fácil projetar uma ponte com novas tecnologias do que tentar interpretar a história ou compreender a sociologia, oferecer luzes nessa dimensão (MARCOVITCH, 1999).

Nos anos compreendidos entre 1969 e 1974, vê-se o chamado “milagre brasileiro”, em que o governo responde às pressões da sociedade, com a expansão de cursos, de universidades e das vagas. No período de 1974 a 1980, o governo aciona mecanismos para

conter a expansão que ele próprio incentivou. Nos anos de 1990 a educação superior do Brasil continuou crescendo, assim como nos anos da ditadura, sem alterar sua estrutura desigual, com forte prevalência do setor privado na área educacional e da aplicação dos recursos públicos no setor (MADEIRA, 1981 apud CAVALCANTE, 2000).

## 2.2 UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

O primeiro curso superior foi criado na Bahia, contudo a primeira universidade federal deste estado só foi constituída no ano de 1946, embora o projeto de criação tenha sido apresentado em 1935. O nascimento da Universidade da Bahia, hoje Universidade Federal da Bahia, não fugiu à regra das criações das outras Universidades: com a aglutinação dos cursos e escolas superiores e as faculdades já existentes na época (BOAVENTURA, 2009). No âmbito estadual, temos a instalação de quatro IES e seus anos de criação, a saber: Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), 1969; Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), 1980; Universidade do Estado da Bahia (UNEB), 1983; Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), 1991.

Em realidade, a institucionalização da UNEB ocorreu com a aglomeração de estabelecimentos de ensino superior já existente. Foi a antiga Superintendência de Ensino Superior do Estado da Bahia (SESEB), composta pelo Centro de Educação Técnica da Bahia (CETEBA) e pelas faculdades de Agronomia, Formação de Professores e de Filosofia, Ciências e Letras localizadas nos municípios do interior baiano, que constituiu a ideia de uma educação superior descentralizada do polo da capital contribuíram para que fosse criada uma universidade multicampi (BOAVENTURA, 2009). Essa forma se ajustava com as circunstâncias econômicas estaduais: permitindo economia de recursos e evitava a duplicação de serviços, que requereria a criação de diversas reitorias e as faculdades isoladas.

A UNEB foi formada em face dos exemplos das universidades paulistas que adotaram o modelo multicampi<sup>5</sup>, sobretudo a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) por ser de uma realidade estadual, como seria a universidade baiana. Também recebeu a contribuição da Universidade de Québec e Pennsylvania State University (universidades multicampi no Canadá e Estados Unidos, respectivamente). Sobre a primeira contribuição, faz-se importante registrar “que a universidade canadense se propôs e executou um Mestrado em Educação na UNEB, sob a direção do professor Marcel Lavallé”

---

<sup>5</sup> Universidade de São Paulo (USP), Universidade de Campinas (UNICAMP) e Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP).

(BOAVENTURA, 2009, p. 37)<sup>6</sup>. Em 1986, o Decreto nº 92.937 de 17 de julho, do governo federal, autorizou o funcionamento desta, conforme se verifica:

Art. 1º - Fica autorizado o funcionamento da Universidade do Estado da Bahia, mantida pela Autarquia Universidade do Estado da Bahia, em regime especial e em sistema multicampi de funcionamento, vinculada a de Secretaria de Educação e Cultura da Bahia, como instituição educacional de 3º grau, com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia (BRASIL, 1986, p. 10.645).

A autorização é uma etapa do processo que antecede o reconhecimento. Esta é uma parte que consolida a instituição permitindo criar cursos de graduação, pós-graduação, celebrar convênios, registrar os diplomas de seus alunos etc. O processo de oficialização levou 12 anos. O reconhecimento da UNEB foi feito através da Portaria nº 909, de 31 de julho de 1995, do Ministério de Educação e Desporto, (BOAVENTURA, 2009), sendo reestruturada em 1997 através da Lei 7.176 do governo do estado da Bahia.

O reconhecimento da UNEB foi feito através da Portaria nº 909, de 31 de julho de 1995, do Ministério de Educação e Desporto, (BOAVENTURA, 2009), sendo reestruturada em 1997 através da Lei 7.176 do governo do estado da Bahia. Com seu sistema *multicampi*, a UNEB passa a definir as políticas públicas estaduais “para implantação e funcionamento das unidades de educação superior no espaço baiano com a interiorização dos seus serviços” (TOMASONI, 2002, p.25). Assim, a interiorização do ensino superior, através da UNEB, evita que a população com menos poder aquisitivo se desloque até outros centros para dar continuidade aos seus estudos e promove o desenvolvimento socioeconômico da região (e entorno) conforme suas peculiaridades.

A regionalização tem como critério utilizado a divisão administrativa do espaço baiano e visa aplicação de uma política de desenvolvimento regional de acordo com sua vocação, diminuindo as desigualdades regionais, propondo uma integração regional e fortalecimento do estado. Entretanto o critério preponderante à expansão é resultado do interesse político (TOMASONI, 2002). Apesar disso, a UNEB pode ser caracterizada como centro de referência na educação superior, na formação do educador. Sua atuação em outras áreas, como áreas técnicas, encontram limites devido à ausência de políticas públicas que não priorizam ou definem ações para a educação superior no âmbito estadual (*idem*).

Hoje, a UNEB possui 29 departamentos em 24 campi: um, na capital do estado e os outros 23 distribuídos no interior, são 64 opções de cursos e habilitações na modalidade

---

<sup>6</sup> Esta participação continua sendo estimulada, hoje, com a presença do Núcleo de Estudos Canadenses que oferece cursos língua inglesa e francesa, dentre outras atividades.

presencial e de educação à distância, nos níveis de graduação, especialização, mestrado e doutorado interinstitucional. Dentre eles, está o curso de Bacharelado em Turismo e Hotelaria, cujos egressos são objeto deste estudo. A relação dos cursos ofertados pela UNEB está disponível no apêndice B.

### 2.3 FORMAÇÃO ACADÊMICA

O caráter tardio da implantação universitária no Brasil, afirma o feitiço letárgico de todo o ensino superior brasileiro. De fato, as primeiras escolas e curso de ensino superior surgiram em 1808 e até o período da Proclamação da República o crescimento se desenvolveu de maneira muito lenta. Entretanto, um contraste se mostra neste processo: do período de 1889 a 1918, há um vertiginoso crescimento do processo de expansão da educação superior: 56 novas instituições foram criadas, sendo a maioria delas, particulares, sempre obedecendo ao modelo francês. Nessa seção, far-se-á uma abordagem sobre a formação acadêmica.

Como abordado anteriormente, a educação passa a ter um viés tecnicista, criando o “mito da educação” como “fator de desenvolvimento econômico”, já que associa maior qualificação do indivíduo com melhor remuneração. Não se pode ignorar que a questão formação profissional está ligada às novas demandas que lhe faz o setor empresarial, uma atitude predominantemente predatória, para o ensino superior, que passa a ter uma concepção utilitarista, viabilizada pela integração universidade – empresas. Cada vez mais o mercado de trabalho impõe o estabelecimento de profissionais que reúnam competências, habilidades e atitudes positivas frente ao desenvolvimento organizacional e pessoal, como condição de empregabilidade: deve ser um profissional diversificado (FERRETI, 1997; GENTILI E FRIGOTTO, 2001; WOLFF, 1993).

A despeito desta polivalência, cria-se a expectativa de que o estudante, quando profissional, domine um conjunto de conhecimentos e habilidades de ampla natureza. Isso não quer dizer que os conteúdos necessários para formação de um profissional, não deva ser considerado, até porque uma das exigências da educação superior é formar pessoas que estejam preparados para inserção no mercado de trabalho (BRASIL, 1996). No Brasil vive-se um desvio da função da educação, conforme explicitado a seguir:

A função da educação nos seus aspectos formais, em relação ao processo produtivo não é objetiva e explicitamente, formar o mais qualificado trabalhador, instrumentalizá-lo ideologicamente para manter e reproduzir o modo de produção da propriedade privada dos meios de produção (ARAPIRACA, 1982 apud MINTO, 2006, p. 101).

Trata-se de uma educação com fins estreitos, com concepções que introduziram a linguagem técnica na base educacional. Em outras palavras, ocorre uma “tecnificação do ensino superior”. Um processo histórico já esperado uma vez que as concepções imperialistas norte americanas se embutiram na educação. O capitalismo exigia a associação de ciência, tecnologia e instrumentalidade mercadológica.

Outros conceitos passam a ser utilizados pela educação, com o intuito de conferir legitimidade às políticas educacionais, adequadas aos desígnios da nova ordem educacional: são as noções de competência e empregabilidade. Esses novos conceitos são traduzidos na aplicação de métodos para ampliação da capacidade produzida, otimizando espaço, flexibilização etc. Endossando essa visão, Antunes (2003, apud MINTO, 2006, p. 224) interpreta que empregabilidade é a palavra usada no capitalismo para “transferir aos trabalhadores a necessidade de sua qualificação, que anteriormente eram em grande parte realizadas pelo capital”.

A educação acaba reduzida a um mero serviço (logo, pode ser consumido pelas massas) sem qualidade (“pauperização” do trabalho intelectual). Visão sustentada nas palavras de Calbino et al (2009), apud Alkimim (2006, p. 45) quando diz que “[...] imersos na troca mercantil os cursos passaram a ser “controlados” pelo mercado, onde a oferta e a demanda determinam os preços, que varriam, em maior ou menor grau, de acordo com o aporte de ‘luxo’ que recebem”.

Com o propósito de acompanhar as mudanças rápidas que envolvem o mundo de trabalho, as IES públicas e privadas procuraram, então, oferecer, além das modalidades tradicionais: licenciatura (que forma os licenciados) e bacharelado (que forma os bacharéis), uma modalidade com diferencial de tempo e foco, voltado para as tecnologias que estivessem associadas à demanda do mercado: a Educação Profissional Tecnológica (EPT). E nesse contexto destacam-se os cursos superiores de tecnologia (CST), que formam os tecnólogos. A demanda por esses tipos de curso tem sido crescente e pode ser corroborado adiante:

No bacharelado o tipo de formação pretendida é a de um profissional de múltiplas competências, uma vez que este tipo de ensino favorece além do conhecimento exclusivo do campo de cada curso e o de outros campos da ciência. Nos CST a formação é focada em um determinado campo de ensaio que envolve tecnologia, sendo que o profissional possui o conhecimento específico e aprofundado dentro das particularidades de sua área. (ALKIMIM, 2011, p. 13).

De acordo com Andrade (2009) apud Alkimim (2011, p.43), os atrativos: custo e duração dos CST se constituem em “ferramentas de marketing e de sedução do público” que

se relaciona ao desejo de rápida colocação no mercado de trabalho e aumento da chance de empregabilidade, contrapondo os longos cursos tradicionais (bacharelado).

Obviamente, a formação tecnológica, conforme o próprio nome informa, deveria ter o foco em tecnologia, com um conteúdo mais denso neste quesito, ligada à produção de bens e serviços. A formação do bacharel, contudo, deve ser mais centrada na ciência (BRASIL, 2002). Atualmente, o ensino superior se faz com a oferta de cursos de graduação voltados para diversas formações que conferem títulos voltados para formações, conforme quadro a seguir:

Quadro 1 – Características dos graus conferidos em nível de graduação no Brasil.

Grau	Característica	Observação
Bacharelado	No bacharelado, a formação educacional ao aluno é voltada para o mercado de trabalho, o que o torna apto apenas a desenvolver uma atividade em determinada área de atuação. Excluem de sua formação a possibilidade de se atuar na educação básica. O profissional sai qualificado para analisar criticamente a realidade social, para intervir por meio das diferentes manifestações da atividade física e esportiva, tendo por finalidade aumentar as possibilidades de adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável, estando impedido de atuar na educação básica.	Todos os graus podem fazer cursos de pós-graduação nos níveis <i>lato sensu e stricto sensu</i> .
Licenciatura	Prepara o estudante para dar aula como professor na educação básica em duas modalidades: normal superior e licenciatura plena.	
Tecnólogo	Os profissionais de nível tecnológico devem estar aptos para atender aos diversos setores da economia, abrangendo áreas especializadas, conferindo o diploma de tecnólogo. Este profissional deve estar apto a desenvolver, de forma plena e inovadora atividades em uma determinada área profissional e deve ter formação específica para: a) aplicação, desenvolvimento, inovação tecnológica e a difusão de tecnologias; b) gestão de processos de produção de bens e serviços; e c) o desenvolvimento da capacidade empreendedora. Indicado para quem quer se inserir mais rapidamente no mercado de trabalho	

Fonte: Guia de Estudante, 2006 apud Brito, 2012.

Conforme o Quadro 1, é possível visualizar o foco de cada titulação e equivalência entre as modalidades apresentadas. No entanto, não abordaremos a licenciatura nem os cursos tecnológicos por não se tratar do objetivo deste trabalho. Faz-se uma ressalva que ao realizar essa caracterização, pode-se observar a influência do mercado de trabalho, dentro da universidade ao determinar que algumas áreas de ensino possuíssem maior característica científica que tecnológica. Diante deste quadro comparativo, fica claro que

ambos os cursos garantem a oferta de profissionais qualificados conforme o tipo de ensino que oferecem harmonizados com as exigências do mercado de trabalho.

Em contrapartida, deve-se ressaltar que formar para atender às necessidades do mercado, nada mais é que capacitar um indivíduo para o ato de comprar e vender (no caso do setor turístico) e que, talvez, não caiba à Universidade este papel. A missão acadêmica é algo que se remonta a cada época da história e jamais será definida com exatidão. Em seus primórdios, ainda na Idade Média, voltaram-se principalmente à formação intelectual do clero; no Renascimento, proprietários e pessoas bem nascidas passaram a frequentá-las; Na Era Moderna, a vida pode ser definida como a era da formação especializada, voltando-se para a carreira acadêmica e formação dos profissionais tidos como liberais. A Universidade torna-se transnacional: hoje não se podem apontar as academias como reflexo dos países onde estão sediadas (MARCOVITCH, 1998).

A formação de bons profissionais com diploma de terceiro grau vem sendo, para a maioria da sociedade, o único aspecto relevante da chamada missão acadêmica. É até provável, como querem alguns críticos, que boa parte dos professores brasileiros veja a universidade nesta perspectiva restrita. Werbel (2000) em uma pesquisa sobre a busca efetiva de emprego entre graduandos concluiu que os que conhecem o mercado conseguem pensar em caminhos efetivos de empregos, pois comparam mais racionalmente o que está sendo requerido no mercado com as habilidades pessoais que dispõem.

Assim, entende-se que a qualificação está cada vez mais voltada à flexibilidade. As organizações não querem mais especialistas; necessitam de profissionais generalistas, que deva conhecer um pouco de tudo, no qual venham a agregar valores à empresa. A questão da empregabilidade passou a receber lugar de destaque no que se refere aos contextos de trabalho.

## 2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR

No estudo das políticas públicas, constata-se que as sociedades hoje têm como principal característica a complexidade, expressa na diversidade de sua constituição e da relação entre os grupos sociais, tornando comuns os conflitos sociais. Logo, o mediador desses conflitos é o Estado, que vai buscar regulamentar as relações entre os grupos conflitantes, utilizando a política.

Segundo Rua (1998) apud Carvalho (2000, p. 97) a política consiste, então, num “conjunto de procedimentos formais e informais que expressam o poder e estão destinadas à

resolução pacífica dos conflitos quanto aos bens públicos”. Assim, pode-se inferir que as políticas públicas caracterizam a relação do Estado com a sociedade civil no que se refere às ações executadas pelo primeiro buscando satisfazer o interesse público, devendo estar direcionada ao bem comum, amparadas legalmente e apresenta institucionalidade (DIAS, 2003).

As políticas públicas para o ensino superior no Brasil começam a ser delineadas a partir de 1961 com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), a qual estava respaldada no cumprimento da determinação constitucional de elaboração das diretrizes e bases da educação nacional (MINTO, 2006). Um projeto que terminou por beneficiar a iniciativa privada. O contexto político do processo de tramitação centrou-se fundamentalmente, no embate entre os defensores das escolas privadas e os defensores do ensino público.

Em função de um cenário desfavorável economicamente, o debate em torno do projeto de lei da LDBN girou em torno da disputa de recursos públicos pelas escolas privadas que enfrentaram problemas de insolvência e de lucros. Para os defensores privatistas, no que tange ao financiamento, o Estado deveria financiar as escolas particulares para que estas se transformassem em gratuitas, em vez de criar escolas públicas.

No tocante à organização do ensino superior, a LDBN, conferiu legitimidade aos interesses privados, quando reforçou a concepção de universidade fragmentada em faculdades, escolas etc., vetando a integração e selando, de maneira definitiva, a intenção da elite em eliminar o caráter crítico e a produção autônoma superior (CHAUÍ et al, 1980 e MINTO, 2006).

Somado a isto, medidas repressivas foram utilizadas como meio importante para induzir a privatização via políticas educacionais. O golpe militar iniciou um novo capítulo na história da educação brasileira: o movimento estudantil foi desmobilizado, e em nome da “democracia” um sistema centralizador, autoritário e repressor foi usado, como característica de uma democracia excludente. Em síntese, toda essa medida de cunho repressivo foi traduzida na Lei 5.540, de 1968: a Reforma Universitária.

A reforma universitária de 1968 foi um conjunto de medidas diversas com objetivo final de favorecer as IES privadas, seja na sua expansão, seja no recebimento de recursos públicos para manutenção de suas atividades. Apresenta de igual forma, uma tendência para massificar o ensino (tornando-o rápido, barato e de baixa qualidade) e

promover maior integração entre formação e mercado de trabalho<sup>7</sup>. Além disso, propiciou a departamentalização, implicando na criação de uma nova instância organizacional universitária: a coordenação e o colegiado de curso; e racionalizou a produção das universidades através do regime de matrícula por disciplina (ou créditos).

Esta última situação permitiria a dispersão dos estudantes que estavam envolvidos no movimento estudantil e ainda, aumentaria o rendimento do uso do recurso docente, devido ao crescimento de suas turmas. Com a “eliminação da duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes”, as disciplinas comuns passaram a ser oferecidas num só departamento e com isso a qualidade do ensino passa a ser minorada uma vez que as disciplinas do chamado ciclo básico eram (e ainda são) ministradas de forma inadequada (MINTO, 2006; BOAVENTURA, 2009; CUNHA, 1999; TRINDADE, 1999).

A discussão e implementação de uma nova reforma do ensino superior só foram retomadas na década de 1990. Durante o período entre 1970 e 1990, várias mudanças nos campos econômicos, políticos e sociais ocorreram, proporcionando a marginalização da educação. Faz-se importante ressaltar que as políticas para o ensino superior foram executadas de maneira fragmentada e contou com uma série de iniciativas (medidas provisórias, decretos ministeriais, resoluções do Conselho Nacional de Educação, portarias do MEC etc.) tomadas à margem da própria legislação base. A Lei de Diretrizes de Bases – lei n. 9.394, de 16 de novembro de 1996 – consagrou uma concepção de ensino pautada apenas na transmissão de conhecimentos e uma definição de uma universidade especializada por campo do saber (MINTO, 2006; SOBRINHO, 1999).

Sendo o ensino universitário uma atividade pertencente ao setor de serviços, sua produtividade é determinada através da “relação entre o volume de serviços prestados e os insumos consumidos na geração destes serviços” (MOREIRA, 1997, p. 156). Logo, é necessário identificar quais são os indicadores capazes de mensurar a produção do nível de ensino, uma vez que a própria natureza da atividade dificulta o discernimento de qual a real produção da universidade.

Conforme explanado anteriormente, o papel da universidade é atuar no ensino pesquisa e extensão pode-se compreender que os produtos desta “produção” são os profissionais bem formados a partir de um ensino de qualidade, a produção científica e a

---

<sup>7</sup> A lei n. 464/1969 que complementa a lei 5.549, em seu artigo 2º afirma que o “será negada autorização para funcionamento de universidade instituída diretamente ou estabelecimento isolado de ensino superior quando, [...] não corresponda às exigências do mercado de trabalho [...]” (BRASIL, 1969)

conversão da produção científica em benefícios à sociedade (sobretudo, quando se trata do ensino na Universidade pública).

Ao falar em serviço, a qualidade está intrínseca. Pode-se compreender a qualidade conforme Lamprecht (1994) apud Rodrigues (2006 p. 28) “como um sistema onde todas as suas partes estão inter-relacionadas, não podendo ser tratada através de fatores isolados”. Remetendo ao ensino superior, a forma utilizada para mensurar a qualidade está nas avaliações. Estas podem ser formativas, prestação de contas, como forma de pesquisa (como nesta pesquisa), institucionais entre outras. Para esta seção, o foco será mantido na avaliação institucional oficial.

A preocupação com a avaliação universitária emergiu no Brasil no ano de 1982 através da Associação Nacional de Docentes (ANDES) e pelo MEC, que instituiu no ano seguinte o Programa de Avaliação de Reforma Universitária (PARU) permanecendo até 1985. Outros programas de avaliação institucional para o ensino superior foram formatados a exemplo do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), Exame Nacional de Cursos, conhecido popularmente como “Provão” e por fim o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) (GOMES, 2001).

Todo esforço do governo em avaliar a educação superior diz respeito, primeiramente a mercantilização da educação. Com a invasão do pragmatismo econômico e político invadem o espaço universitário e as prerrogativas mercadológicas ditam as normas para conceitualizar as IES. Assim, as universidades transformam-se em empresas e só podem permanecer funcionando as instituições cuja “qualidade” atenda aos requisitos definidos pelo governo junto aos organismos financeiros mundiais. Assim, o poder de controle Estado, no tocante ao conteúdo curricular dos cursos de graduação, aumenta. Os cursos passam a ser ranqueados numa escala de valores preestabelecidos pelo Estado (MINTO, 2006; RODRIGUES, 2006).

E por fim, envolve a questão da subordinação dos professores às exigências da avaliação do governo. Conceitos como produtividade, desempenho acadêmico passam a ditar a remuneração, financiamentos são relacionados ao que se pode quantificar a partir das avaliações. A autonomia deixa de existir e a preocupação pedagógica cede espaço à preocupação mercadológica, criando elementos para legitimar a entrada de recursos de origem privada no ensino superior e a consequente redução do financiamento público.

## 2.5 O PAPEL DA UNIVERSIDADE

A universidade deve ser *locus* onde todas as áreas do conhecimento convivem. O espaço de discussões sobre a sociedade, não somente no campo puramente teórico-abstrato. Deve ser o local em que se desenvolvem pensamentos críticos, ideias, opiniões, posicionamentos, encaminhamentos de propostas e alternativas para solucionar problemas. Essa deve ser um lugar que além de produzir e transmitir conhecimento, deve também educar no sentido de conduzir o exercício da plena cidadania; um lugar onde conhecimentos com base científica sejam criados. Portanto, a universidade está caracterizada pela pesquisa, pela discussão e pela produção do conhecimento, o que faz com que ela seja considerada uma instância avançada em relação ao ensino de técnicas de maneira reprodutivista (LUCKESI et al, 2001; FÁVERO, 2006).

Qualquer pessoa que procure a universidade com sentido de buscar o conhecimento acabará encontrando nela um quadro de referência para sua futura vida. Vai aprender a definir objetivos, alcançar metas, resolver problemas. Mas, irá em busca de um traço comum com outros jovens de áreas do conhecimento distinta da sua, que é a habilidade para usar o saber, tendo em vista a análise e a solução de problemas do mundo real.

Em uma análise mais aprofundada acerca da dicotomia Universidade - Mercado de Trabalho pode-se chegar há duas perspectivas: de que não há relação entre os dois termos e de que, ao contrário, pela contribuição da educação ao desenvolvimento econômico, esses termos se aproximam (SAVIANI, 1994 apud GONDIM, 2002).

A primeira perspectiva se justifica a partir da Antiguidade com o surgimento da propriedade privada, que passou a dispor de um tipo de educação que visava a inserção de uma classe ociosa no sistema produtivo. Surgem, as escolas; reservadas àqueles com tempo e recursos para usufruir de seus benefícios. A segunda perspectiva encontra-se pautada na atribuição de outra função à escola e, por conseguinte, às Universidades – a de formar cidadãos cientes de seus direitos e deveres – como também das transformações científicas, tecnológicas e econômicas (GONDIM, 2002).

Alguns críticos internos e externos à universidade não cansam de acusá-la de haver deixado de formar pensadores para formar profissionais ou teóricos destinados a servir o sistema produtivo. A universidade pode até agir dessa forma em momentos circunstanciais, mas o seu papel principal é entrar na raiz das causas da exclusão social e indicar as políticas públicas que ajudem no maior processo de coesão. De acordo com a Declaração Mundial do

Ensino Superior (UNESCO, 1998 *apud* BARRETTO, TAMANINI, SILVA, 2004, p.63) a missão da universidade “é educar e formar pessoas altamente qualificadas”.

Para Chauí (2001), a posição da universidade no setor de prestação de serviços confere um sentido bastante determinado à ideia de autonomia universitária e introduz termos como “qualidade universitária”, “avaliação universitária” e “flexibilização da universidade”. Entretanto, com relação à questão da universidade ter-se colocado a serviço do setor produtivo, deve-se considerar um fato histórico e recente: a já mencionada ditadura militar.

Uma organização difere-se de uma instituição por definir-se por uma prática social: está referida ao conjunto de meios particulares para obtenção de um objetivo particular. Não está atribuída às ações articuladas às ideias de reconhecimento e legitimidade seja externa ou interna, mas as operações definidas como estratégias balizadas pelas ideias de eficácia e sucesso no emprego de determinados meios para alcançar o objetivo particular que a define. É regida pelas ideias de gestão, planejamento, previsão, controle e êxito. Não lhe compete discutir ou questionar sua própria existência, sua função, seu lugar no interior da luta de classes, pois, o que para a instituição social universitária é crucial; para a organização é um dado de fato. Ela sabe (ou julga saber) por que, para que o onde existe (DRUCKER, 1993; TEIXEIRA, 1998; CHAUÍ, 2001).

A instituição social aspira à universalidade. A organização sabe que sua eficácia e seu sucesso dependem de sua particularidade. Isso significa que a instituição tem a sociedade como seu princípio e sua referência normativa e valorativa, enquanto a organização tem apenas a si como referência, num processo de competição com outras que fixaram os mesmos objetivos particulares (CHAUÍ, 2001).

Em outras palavras, a instituição percebe que está inserida na divisão social e política e busca definir uma universalidade (imaginária ou desejável) que lhe permita responder às contradições impostas pela divisão. Ao contrário, a organização pretende gerir seu espaço e tempo particulares aceitando como dado bruto sua inserção num dos polos da divisão social, e seu alvo não é responder às contradições, e sim vencer a competição com seus supostos iguais (TEIXEIRA, 1998).

Adaptando-se às exigências do mercado, a universidade alterou seus currículos, programas e atividades para garantir a inserção profissional dos estudantes no mercado de trabalho, separando cada vez mais docência e pesquisa. A passagem da universidade da condição de instituição à de organização insere-se nessa mudança, sob os efeitos da nova forma capital, tornou-se universidade funcional; e depois, numa universidade operacional (CHAUÍ, 2001).

A universidade funcional estava voltada para a formação rápida de profissionais requisitados como mão-de-obra altamente qualificada para o mercado de trabalho. Enquanto a universidade clássica estava voltada para o conhecimento e a universidade funcional estava voltada diretamente para o mercado de trabalho, a nova universalidade operacional, por ser uma organização, está voltada para si mesma enquanto estrutura de gestão e de arbitragem de contratos. Essa universidade não forma e não cria pensamento, despoja a linguagem de sentido, densidade e mistério, destrói a curiosidade e a admiração que levam à descoberta do novo, anula toda pretensão de transformação histórica como ação consciente dos seres humanos em condições materialmente determinadas (CHAUÍ, 2001; FÁVERO, 2006; BARRETTO et al 2004).

Em síntese, no futuro, pressupõe-se que o ensino superior programe formas de comunicação regulares com o mercado de trabalho. No entanto, o emprego dos diplomados, em curto prazo, deixou a impressão de uma situação preocupante, conduzindo ao pessimismo. A fragilidade na definição do perfil profissional parece contribuir para a insegurança profissional com repercussões para a inserção no mercado de trabalho. Com sua própria expansão e a pertinência crescente do saber, o ensino superior passa a assumir, de fato, o papel que pode desempenhar também para os setores produtivos, dos quais ela não se ocupava no passado, especialmente às profissões de nível intermediário, que se tornam mais exigentes no decorrer da evolução para o que frequentemente é chamado de ‘a sociedade do saber’.

No que tange a composição dos conhecimentos mais apropriados, a academia não pode se limitar apenas à transmissão do conhecimento, mas pode optar por uma conduta mais holística. Espera-se do ensino superior que: permita aos egressos melhorar sua capacidade de viver em sociedade e de comunicar-se; que os informes sobre o mercado de trabalho; que se empenhem em construir nos seus diplomados uma conduta centrada na resolutividade dos problemas que permeiam a vida profissional; que ele refine a sua compreensão do contexto social do trabalho e da carreira e assim, fortaleça seu potencial de análise e iniciativa face ao mundo trabalhista.

Outrossim, nota-se que há uma expectativa de que a universidade seja o grande instrumento de coesão social, e de que ela cumpra este papel através de suas áreas dedicadas à criação de competências para que as organizações sejam mais competitivas. Espera-se também que ela simultaneamente apoie algumas propostas capazes de beneficiar os trabalhadores e os estratos desvalidos da sociedade.

As primeiras universidades brasileiras não cumpriram o papel de ser o espaço para debates. A sua função limitou-se a formar profissionais para determinados ofícios. Voltaram-

se diretamente para a formação de profissionais que exerceriam uma determinada profissão (prestação de serviço). Posteriormente, foram incluídos o ensino e a investigação. Eis o tripé que sustenta a Universidade: a prestação de serviço, a pesquisa e a extensão.

Tendo exposto a diferenciação entre as formações superiores ofertadas nas IES brasileiras, anteriormente, bem como o papel da Universidade, a formação acadêmica e o surgimento dos cursos de turismo no Brasil, no próximo capítulo pretende-se explicar a educação do turismo nas instituições no 3º grau, sobretudo na Universidade do Estado da Bahia.

### 3 CURSO DE TURISMO NO BRASIL

Não se pode definir, de maneira precisa, quando o Turismo passou a ser efetivamente valorizado – enquanto atividade geradora de divisas – contudo, o reconhecimento da criação das instituições e cursos de formação profissional, em âmbito internacional, é datada por volta de 1925, em Roma, por Angelo Mariotti. A partir de 1929, o primeiro instituto com a finalidade específica de estudar turismo funcionou na Alemanha, na Alta Escola de Economia de Berlim. A partir de 1950, foram registrados outros institutos específicos de turismo e hotelaria em outros países europeus, como na Suíça, Espanha, França, Portugal, Holanda e Reino Unido. Na década de 1960, nos Estados Unidos e só em 1970, na América Latina. Todos com caráter técnico, cujo objetivo era de capacitar pessoas para atender ao mercado de trabalho (ROCHA E NOVAES, 2007; BARRETTO, 2002; TRIGO, 1998).

A origem dos cursos superiores no Brasil foi diferente da origem dos cursos de turismo na Europa Ocidental e na América do Norte. Em outros países os cursos de turismo surgiram em decorrência de cursos que já existiam, principalmente o de administração hoteleira, ou de disciplinas dentro dos cursos já existentes, tal como geografia e administração. No Brasil, os cursos nasceram com autonomia própria e por iniciativas isoladas por parte de seus fundadores (BARRETTO; TAMANINI; SILVA, 2004).

Tratava-se de um conteúdo programático técnico – operacional, dirigido a um contingente interessado em adquirir o grau de bacharel. Um curso que seria apoiado pelo governo (sobretudo por estarem na época da ditadura), por conter uma visão superficial do funcionamento da sociedade. Também coincide com a utilização da educação como negócio, voltada para a economia de mercado desenvolvimentista.

Neste contexto é criado, em 1971, o primeiro curso de educação superior em Turismo na Faculdade Morumbi (hoje Anhembi-Morumbi), situada no estado de São Paulo (TRIGO, 1998). Sem formação superior, porém, profissional de grande conhecimento, o espanhol Domingo Hernández Peña, foi primeiro coordenador deste curso e elaborou o currículo do curso, após um levantamento nas escolas europeias, adaptado à realidade brasileira. Em entrevista à Camila Lucchesi (2006), quando questionando em qual contexto o primeiro curso de turismo foi criado, Peña responde:

Naquela época, início da década de 1970, ainda não havia no mundo nenhuma instituição do gênero. Entretanto, existiam pessoas, estudiosos que já tinham uma visão mais aprofundada do fenômeno turístico. Eu não fiz outra coisa senão agrupar,

estruturar e sistematizar o que aprendi com eles. Assim foram criados o currículo e os conteúdos do curso da Faculdade de Turismo do Morumbi, em 1971. Foi quando aconteceu a grande revolução do turismo brasileiro, pois não havia ensino superior de turismo no mundo, apenas escolas técnicas. Ainda não existe no mundo uma consciência clara do que é um curso superior de turismo, pois as escolas técnicas são maioria lá fora. Mas o técnico não resolve as grandes questões. Muitos se tornam camareiros, recepcionistas, fazem muito bem seu serviço, mas não têm a visão global. O Brasil tem os dois tipos de profissionais, o de formação superior, que imagina e planeja o que pode ser feito quando a cidade duplica sua população, por exemplo, sabe da economia e do efeito multiplicador do turismo e o de formação técnica, que trata das questões mais superficiais. São perfis complementares.

Desde então, em meio à euforia de modernização outras faculdades particulares também abriram seus cursos de turismo. No âmbito universitário, segundo Trigo (1991), a primeira foi a Universidade de São Paulo, criando o curso na Escola de Comunicação e Artes (ECA-USP), em 1973. Depois surgem outros cursos em universidades: Pontifícia Universidade de Campinas, em 1974 e Universidade Católica de Pernambuco em 1975. O primeiro curso de Administração Hoteleira foi criado em 1978 pela Universidade de Caxias do Sul em 1978 (BARRETTO, 2004; RODRIGUES, 2006).

Os primeiros currículos dos cursos de Turismo basearam-se no modelo espanhol, que era essencialmente voltado para atender o mercado de trabalho. Ou seja, à formação profissional e não à pesquisa, à colocação e à abordagem científica do turismo e do macroplanejamento envolvendo os aspectos sociais, econômicos etc. Essa linha era da USP, que ficou responsável por definir o currículo pleno após designação do MEC para que o curso de Turismo da USP ficasse responsável por esta definição (NETTO, 2005 *apud* HALLAL *et al*, 2010).

Ao todo, já foram criados 716 cursos superiores em Turismo, 145 de Hotelaria e 16 cursos Turismo e Hotelaria, totalizando 877 cursos, em todo o Brasil, na modalidade presencial e à distância, somado os níveis de tecnólogo, sequencial, licenciatura e bacharel. Hoje, apenas 587 estão em funcionamento. Desses apenas 6 são de Bacharelado em Turismo e Hotelaria.

A UNEB é única IES pública no país a oferecer o curso com as duas habilitações. As outras IES são Universidade do Vale do Itajaí - SC (Univali); Centro Universitário do Triângulo Mineiro - MG (Unitri); Universidade Norte do Paraná – PR (Unopar); Universidade de Fortaleza – CE (Unifor); e Faculdade de São Lourenço - MG (Fasama). A distribuição total destes cursos no país pode ser observada através do quadro 02:

Quadro 2 - Distribuição dos títulos de graduação por curso.

Curso/Título	Quantidade
<b>HOTELARIA</b>	<b>99</b>
Bacharelado	30
Sequencial	03
Sequencial de Formação Específica	01
Tecnológico	65
<b>TURISMO</b>	<b>482</b>
Bacharelado	363
Licenciatura	03
Sequencial	01
Tecnológico	115
<b>TURISMO E HOTELARIA</b>	<b>6</b>
Bacharelado	6
<b>Total Geral</b>	<b>587</b>

Fonte: Ministério da Educação e Cultura, 2012.

É incontestável a organização de escolas de turismo no Brasil, uma vez que (conforme relatado), nos países europeus e norte-americano as escolas voltadas para o ensino do turismo em nível técnico e superior já estavam consolidadas, delineando a importância na formação de profissionais específicos para planejar e operacionalizar viagens e turismo (TRIGO, 1998).

Importante retomar que o ensino superior de turismo surgiu no momento de transformações: a formação educacional ganhava caráter profissionalizante com objetivo de atender às necessidades do mercado, o qual apresentava demanda por profissionais treinados para desempenhar funções de produção em série padronizada. E que isto pode ser percebido na própria LDBN, caberia ao Conselho Federal de Educação a implementação do currículo mínimo teria caráter nacional e basicamente profissionalizante (HALLAL et al, 2010). Fato que foi constatado também por Barretto, Tamanini e Silva (2004):

Saberes que eram ministrados ou poderiam ser ministrados no ensino de segundo grau ou em cursos técnicos passaram a ser ministrados no nível terciário, obrigando desta forma, quem quiser obter conhecimentos competitivos a continuar os estudos em nível universitário. [...] O ensino superior passa a ministrar educação técnica e operacional (deslocada do ensino médio). Forja-se a qualificação “pelo alto”, porque as pessoas acreditam que estão tendo ensino universitário quando estão recebendo capacitação técnica. Ao mesmo tempo, dando-se às pessoas o *status* de “universitários”, forja-se a ascensão social (BARRETTO; TAMANINI; SILVA, 2004, p.29).

Contudo, não se pode negar que a cultura do bacharelismo instalada no Brasil a partir do século XIX, torna a obtenção do diploma universitário um caminho para distinção social. Logo, o ingresso na universidade passa a ser um instrumento de domesticação política, uma vez que os jovens buscam por meio da obtenção do diploma solucionar seu problema particular de inclusão dentro das classes dirigentes (BARRETTO; TAMANINI; SILVA, 2004).

Devido à oferta excessiva de cursos de Bacharelado em Turismo; Hotelaria; e Turismo e Hotelaria, a qualidade do ensino de algumas destas instituições era baixo (alguns desses cursos obtiveram notas baixas no ENADE<sup>8</sup>). Assim, foi grande o excedente de profissionais com diplomas de nível superior, cuja formação é meramente técnica. Enquanto os bacharéis pensam que estão aptos a planejar a atividade turística, o mercado precisa de um profissional que trabalhe operacionalmente.

Essencial salientar que é comum encontrar empresas do setor aéreo ou hoteleiro que preferem capacitar seus “colaboradores”, sendo o ponto de partida para contratação e a partir de então ascender na hierarquia. Entrementes, cria nos estudantes e profissionais uma insegurança em relação ao seu futuro profissional, uma vez que se consideram despreparados para ocupar um posto de trabalho para o qual teoricamente foram preparados (idem; HALLAL, 2010).

O ensino superior está nessa lacuna entre a necessidade do mercado de trabalho, a expectativa do egresso e o distanciamento do poder público que não incentiva a participação dos bacharéis em Turismo em seus quadros (na maior parte das instituições governamentais, considerando as três estâncias do poder público). Constitui-se, dessa forma, uma situação de opostos com uma finalidade inexistente.

Assim, no que diz respeito ao mercado do Turismo e Hotelaria, havia a necessidade de formação de técnicos universitários, tornando-se imprescindível a ampliação dos quadros universitários para absorver os excedentes<sup>9</sup> que buscavam um saber que lhes habilitasse “ao exercício de numerosas profissões técnicas próprias das sociedades industriais” (Ibidem, p. 24).

---

<sup>8</sup> Verificar no sítio: [www.inep.gov.br/enade](http://www.inep.gov.br/enade).

<sup>9</sup> Pessoas que não conseguiam aprovação nas IES, após prestar os exames seletivos.

### 3.1 CONTEXTO POLÍTICO DA BAHIA

O estado da Bahia, localizado no Nordeste do Brasil é considerado um dos estados brasileiros com grande vocação e potencial para desenvolvimento do Turismo, dada sua variedade de atrativos turísticos. É capaz de satisfazer as mais diversas necessidades, consoante às motivações e preferências dos turistas: vai desde o turismo de “Sol e praia”, o mais comum, até o turismo “Étnico, Cultural e Religioso”, passando pelo “Ecoturismo” e pelo turismo de “Eventos e Negócios” (BAHIATURSA, 2004; BENI, 2004).

A política para o desenvolvimento do Turismo no estado baiano iniciou-se na década de 1990, através do Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste (PRODETUR/NE), a Bahia ganhou respaldo, de ordem financeira e institucional, para investimentos em infraestrutura, recuperação e preservação do patrimônio histórico e ambiental para o PRODETUR/BA. Ressalta-se que o aporte financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) foi estabelecido em 1995 e então, as propostas do governo estadual, que já faziam parte da agenda desde 1991, foram adaptadas e tomaram forma e conteúdo para serem inseridas como parte do Programa (SOARES E ALMEIDA, 2006; LÉDA, 2005).

As razões ou motivos que levaram o governo baiano à definição do turismo como prioridade política são importantes para compreensão do significado do desenvolvimento do turismo neste estado. O desenvolvimento de políticas públicas coloca o foco no turismo como uma alternativa de reestruturação econômica, particularmente, para Salvador (capital baiana): uma metrópole cujas possibilidades e esperanças de um ciclo completo de industrialização, estavam esgotadas. O turismo seria, então, mais uma alternativa para superar a estagnação ou a degradação que ameaçava a cidade soteropolitana (SUAREZ, 2007). Dessa maneira, cabe afirmar que havia a necessidade de elaborar um plano de promoção da cidade do Salvador como destino turístico.

Em consonância com as diretrizes do PRODETUR/BA, às zonas litorâneas da Bahia foi estabelecida uma linha de concentração de atividades turísticas em polos ou *clusters*, que podem ser definidas como:

[...] agrupamento de empresas líderes que comercializam produtos e/ou serviços competitivos em mercados estratégicos e que são abastecidas por uma rede de fornecedores de insumos e serviços apoiados por instituições que oferecem recursos humanos capacitados, recursos financeiros, tecnologia e infraestrutura física (PETROCCHI, 1998, p.39).

Esse modelo está baseado na premissa dos efeitos positivos da economia de aglomeração, facilitando o apoio para empreendimentos privados, visando a implantação de meios de hospedagem de padrão internacional (LÉDA, 2005). De modo geral, desde a instituição dos mecanismos de fomento ao turismo no Brasil, a tônica das políticas de turismo no país foi centrada no parque hoteleiro brasileiro que recebeu significativos aportes de recursos, que refletiu na ampliação e melhoria dos equipamentos e serviços. Também é possível notar, nesta conceituação da metodologia adotada por alguns estados do Nordeste, inclusive a Bahia, a necessidade de “recursos humanos capacitados”, uma ação passível de financiamento pelo Banco do Nordeste Brasileiro (BNB).

A referência ao cenário do desenvolvimento do turismo e das suas políticas públicas é importante para contextualizar o surgimento dos cursos de Turismo em Salvador. É nesse cenário de produto global que se inserem os profissionais egressos dos cursos de Turismo, que tem por objetivo capacitar tecnicamente profissionais de nível superior, contribuindo assim, para o desenvolvimento da qualidade do produto turístico “Bahia”.

### 3.2 O CURSO DE TURISMO E HOTELARIA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Na Bahia, o primeiro curso foi criado no ano de 1984, ofertado pela Faculdade de Turismo da Bahia (FACTOR) de esfera privada; sendo posteriormente autorizado, em 1993, o funcionamento do curso de Tecnólogo de Administração Hoteleira no Centro Federal de Tecnologia da Bahia (CEFET, hoje IFBA), esfera pública federal e o curso de Turismo da Faculdade de Salvador (UNIFACS), com funcionamento no ano de 1996, de esfera privada. E o curso de Turismo e Hotelaria da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) de esfera pública estadual, cuja formação acadêmica dos egressos será objeto de estudo deste trabalho (UNEB, 1997).

A concepção da oferta do curso de bacharelado em Turismo e Hotelaria na UNEB se deu no momento de constatação que o estado baiano não possuía nenhum curso superior de caráter público e gratuito. Diante desse exposto, o curso teve autorização para funcionamento através da Resolução nº 188/20 de março de 1998 no Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), porém o funcionamento do curso ocorreu apenas no segundo semestre do ano citado.

São oferecidas três modalidades de ingresso no curso de Turismo e Hotelaria: por meio do processo seletivo que ocorre anualmente, por meio de transferência (interna e

externa) e através da matrícula especial para portadores de diploma. Inicialmente, foram ofertadas quarenta vagas para ingresso no vestibular. No processo seletivo do ano de 2002, que permitiu o ingresso no ano posterior, 40% das vagas passaram a ser destinadas aos estudantes afro- descendentes oriundos das escolas públicas (política de cotas). Após o reconhecimento do curso, no ano de 2006, a Universidade passou a oferecer 50 vagas aos estudantes. A UNEB também oferece o bacharelado em Turismo (sem habilitação para hotelaria) no município de Eunápolis, nos turnos matutino e noturno.

Entre os anos de 1998 e 2011, o curso já formou 221 bacharéis em Turismo e Hotelaria e tem uma taxa de evasão média de 14% (tabela 1). Esse resultado pode ser obtido através da seguinte fórmula:

$$E\% = \frac{(Inativos)}{(Matriculados)} \times 100$$

**Tabela 1: Dados do curso de bacharelado Turismo e Hotelaria da UNEB**

Ano	Nº de Alunos Matriculados	Nº de Alunos Formados	Nº de Alunos Inativos	Trancamentos	Evasão
1998.2	40	0	0	0	0%
1999.1	76	0	3	1	4%
1999.2	60	0	7	11	12%
2000.1	97	0	9	9	9%
2000.2	87	0	20	7	23%
2001.1	141	0	4	9	3%
2001.2	132	0	16	4	12%
2002.1	181	0	6	5	3%
2002.2	145	11	11	14	8%
2003.1	186	18	12	16	6%
2003.2	136	1	12	19	9%
2004.1	172	13	17	13	10%
2004.2	155	1	26	6	17%
2005.1	182	14	11	9	6%
2005.2	152	15	17	9	11%
2006.1	174	17	9	18	5%
2006.2	174	10	19	7	11%
2007.1	226	15	17	5	8%
2007.2	192	4	22	7	11%
2008.1	241	23	10	13	4%
2008.2	203	3	18	10	9%
2009.1	233	11	11	6	5%
2009.2	210	19	11	7	5%

2010.1	225	13	8	7	4%
2010.2	212	22	20	2	9%
2011.1	223	11	17	5	8%
Total	164	221	333	219	8%

Fonte: Universidade do Estado da Bahia, 2012.

Segundo Palharini (2008, p.147), a evasão é “saída definitiva do aluno do curso de origem sem concluí-lo”. Assim, a evasão média é definida como o percentual de alunos de uma IES (neste caso), que não tendo se formado, também não renovou sua matrícula no semestre ou ano seguinte. Outra forma de calcular a evasão do curso é através do índice de titulação: é a mensuração da diferença entre o número de alunos matriculados e o número de egressos. Este último necessita de uma análise mais detalhada, que foge ao escopo desta pesquisa (SILVA FILHO et al, 2007).

Trata-se de um problema internacional que vem afetando os resultados educacionais, uma vez que a desistência do aluno representa a perda de receitas às instituições privadas e a perda do investimento público sem retorno, devido à ociosidade dos professores, equipamentos, espaço físico e demais funcionários. Não existe, até o momento, nenhuma pesquisa sobre a evasão dos alunos da UNEB, dessa forma, não há como afirmar a razão pela qual existe uma taxa média tão grande para desistência do curso.

No momento da implantação, seu currículo inicial foi adequado às Resoluções s/nº de 28 de janeiro de 1971 que fixava o tempo mínimo de duração do curso de Turismo, e do Decreto Federal nº 00182/84 de 30 de abril de 1984, que reconhecia o curso de Tecnólogo em Administração Hoteleira. Portanto, a escolha pela dupla habilitação fora ocasionada pela expectativa que o profissional se tornasse mais competitivo em um mercado de trabalho em franca expansão com habilidades e competências para atuar no turismo e na hotelaria, conforme pode ser verificado a seguir:

A UNEB, como universidade pública e gratuita, colaborando com as ações governamentais e da sociedade baiana vem oferecer um curso de Bacharelado em Turismo e Hotelaria com um currículo capaz de dar a seus alunos uma sólida formação e conhecimentos nos diferentes campos de atuação profissional, buscando a interdisciplinaridade e a multidisciplinaridade, fundamentais para a formação desses profissionais (UNEB, 1997, p.8)

Assim, o curso fora criado visando “atender as demandas do mercado de trabalho (...) que exige profissionais graduados com conhecimentos específicos e gerais somados à

capacidade reflexiva para interpretar a realidade social em que irá atuar” (idem, 1997). Logo, o viés mercadológico do curso é uma preocupação desde a sua concepção e presente ao longo do projeto de criação do curso. Também é possível chegar a essa conclusão após análise da estrutura curricular composta por disciplinas voltadas para o mercado de trabalho: agenciamento I e II, Hospedagem I e II, Alimentos e Bebidas I e II, Eventos I e II, tal como as disciplinas ligadas à área de Administração.

Sabe-se que a reflexão crítica deve permear o pensamento de uma Universidade, sendo, ao mesmo tempo, condição essencial de sua existência. Deste modo, o currículo do curso visa dar uma ampla capacitação para a necessária absorção deste profissional por um mercado de trabalho que se apresenta cada vez mais dinâmico e exigente (IBIDEM).

A estrutura curricular inicial foi elaborada conforme as conclusões do Parecer nº 35/71 do Conselho Federal de Educação (CFE) que fixava os mínimos conteúdos e duração do curso de Turismo, acrescidos de disciplinas relativas aos conteúdos específicos de hotelaria e de administração hoteleira, bem como do Regimento e Estatuto da UNEB.

Assim, deveriam ser ofertados, minimamente 3.195 horas/aula (incluído os estágios e a disciplina de educação física), com um tempo mínimo de 4,5 anos e meio e máximo de 07 anos. Estavam distribuídas em Formação Básica (com cerca 750 horas/aula); Formação profissional (com aproximadamente 1.350 horas/aula); Formação complementar (600 horas/aula) e os estágios (150 horas para turismo e 150 horas para hotelaria). A Universidade concedeu a monografia como conteúdo curricular opcional para este curso, desta forma, caberia ao discente no oitavo semestre realizar um projeto de viabilidade turística ou hoteleira para lograr êxito na graduação.

Sobre as Diretrizes Curriculares é importante salientar que seja em 2002 ou em 2006, o perfil profissional do Bacharel em Turismo sempre foi voltado para atender à demanda dos cargos operacionais da atividade turística como se pode verificar abaixo:

Quanto ao perfil desejado, o curso de graduação em Turismo deverá oportunizar a formação de um profissional apto a atuar em mercados altamente competitivos e em constante transformação, cujas opções possuem um impacto profundo na vida social, econômica e no meio ambiente, exigindo uma formação ao mesmo tempo generalista, no sentido tanto do conhecimento geral, das ciências humanas, sociais, políticas e econômicas, como também de uma formação especializada, constituída de conhecimentos específicos, sobretudo nas áreas culturais, históricas, ambientais, antropológicas, de Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural, bem como o agenciamento, organização e gerenciamento de eventos e a administração do fluxo turístico (MEC, 2002, p.17).

O curso de graduação em Turismo deve ensejar, como perfil desejado do graduando, capacitado e aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais,

econômicas e culturais, relacionadas com o mercado turístico, sua expansão e seu gerenciamento, observados os níveis graduais do processo de tomada de decisão, apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de atuação profissional (MEC, 2006, p.2).

Observa-se uma mudança no perfil profissional. No primeiro momento, o egresso deve estar apto para atuação num mercado competitivo, com viés generalista e formação especialista, bem como a definição das áreas de atuação (agenciamento, eventos e administração do fluxo turístico). Com a atualização das diretrizes em 2006, o perfil passa a ser mais operacional, sem definição do campo de atuação profissional. O que torna o ensino superior numa atividade voltada para suprir a demanda de formar mão-de-obra qualificada para atender aos empresários.

O currículo do Curso de Turismo e Hotelaria da UNEB buscou oferecer uma formação que possibilitasse a compreensão da realidade social, das técnicas e das humanidades de forma geral. As disciplinas estão agrupadas da seguinte forma: 1-Formação Básica e Instrumental: disciplinas relacionadas aos aspectos sociológicos, históricos, filosóficos e afins; 2-Formação Profissional – disciplinas relacionadas com as Teorias do Turismo, Informação, Comunicação além das matérias relacionadas à administração, direito, economia entre outras; 3- Disciplinas Complementares – disciplinas que visam aprofundar e enriquecer os conhecimentos adquiridos nas disciplinas básicas e profissionais. Também são desenvolvidas atividades práticas e teóricas para apreensão do conteúdo na sala de aula. Criando uma estrutura curricular que atenda às exigências dos segmentos do mercado, de forma interdisciplinar e multidisciplinar.

O atual projeto pedagógico de reformulação do curso de Turismo e Hotelaria da UNEB segue as orientações do Parecer do CEE, aprovado em 05 de junho de 2006 e as determinações da Resolução nº 02 de 18 de junho de 2007-CNE/CES, que dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação e da Resolução nº 13 de 24 de novembro de 2006 CNE/CES, que institui as Diretrizes Nacionais do Curso de Graduação em Turismo. O Reconhecimento se deu pelo Conselho Estadual de Educação (CEE) através do Parecer 183/2006, publicado no Diário Oficial do Estado através do Decreto nº 10.028 de 14 de junho de 2006 (UNEB, 2004).

Dessa forma, o currículo passou a apresentar uma carga horária de 2.910 horas, que devem ser cumpridas no período mínimo de 04 anos e máximo de 07 anos, distribuídas da seguinte maneira: Currículo mínimo (com aproximadamente 1.605 horas/aula); Formação complementar (870 horas/aula), optativas (135 horas/aula) e os estágios (150 horas para

turismo e 150 horas para hotelaria). Logo, o curso continua a oferecer “uma formação geral (...) criando uma estrutura curricular de qualidade para atender às exigências dos segmentos do mercado, assegurando uma maior competitividade” (UNEB, 2004, p.59). Em outras palavras, a formação acadêmica continua sendo voltada para atender ao mercado de trabalho.

O perfil profissiográfico do egresso do curso de Turismo e Hotelaria do curso da UNEB está pautado na interdisciplinaridade e multidisciplinaridade, que o capacitará para desenvolver atividades direcionadas ao planejamento da atividade turística, tal como atividades da administração hoteleira, preservação e manutenção da cultura, bem como atuar em mercados competitivos.

Para que um egresso seja considerado apto às suas atividades conforme sua formação, ele desenvolver habilidades (técnicas) e competências. Sobre esses termos, pode se definir habilidade como:

[...] a compreensão e domínio de determinado tipo de atividade. Envolve o conhecimento especializado, habilidade analítica dentro da especialidade e facilidade no uso das técnicas do instrumental da disciplina específica. Esta é a habilidade de quem executa seu trabalho pessoalmente. [...] Quando iniciamos nossa carreira numa organização, quase sempre utilizamos em maior proporção a habilidade técnica. A habilidade técnica é adquirida por meio de experiência, educação e treinamento profissional (HEILBORN; LACOMBE, 2009, p. 10).

A competência é “capacidade de mobilizar múltiplos recursos, entre os quais os conhecimentos teóricos e experienciais da vida profissional e pessoal, para responder às diferentes demandas das situações de trabalho” (RFP, 1999, p. 61 apud Dias e Lopes, 2003, p. 1156.). Assim, de acordo com o projeto pedagógico, o diplomado em Turismo e Hotelaria da UNEB deve apresentar as seguintes habilidades e competências<sup>10</sup>:

- Atuar no planejamento estratégico, implantação e gerenciamento de unidades hoteleiras;
- Dominar as técnicas de planejamento e operacionalização de estudos de viabilidade econômica para os empreendimentos e projetos turísticos;
- Escolher, com eficácia, modelos inovadores de gestão;
- Exercer com liderança e responsabilidade o gerenciamento de unidades hoteleiras;
- Compreender no seu sentido mais amplo as políticas nacionais e regionais sobre o turismo e os diversos segmentos sociais e culturais da demanda hoteleira;
- Dominar as técnicas indispensáveis ao planejamento e a operacionalização do inventário turístico;

---

<sup>10</sup> Faz-se importante ressaltar que as habilidades e competências definidas no projeto pedagógico do curso, seguem as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ministério da Educação e Cultura, Resoluções CNE/CES nº 146, de 3 de abril de 2002 e CNE/CES nº 13, de 24 de novembro de 2006.

- Intervir, de forma positiva, no mercado turístico, em espaços novos ou já inventariados;
- Dominar as técnicas relacionadas com a seleção e avaliação de informações geográficas, históricas, ambientais, antropológicas, recreativas, folclóricas, artesanais, gastronômicas, políticas, religiosas, e de outros traços culturais que se apresentem;
- Classificar, através de critérios adequados, os estabelecimentos prestadores de serviços turísticos, tais como, as agências de turismo, as transportadoras, os meios de hospedagem, as empresas promotoras de eventos, pontos com segurança e qualidade à disposição do mercado turístico;
- Comunicar-se em idiomas estrangeiros, principalmente a língua inglesa e espanhola, utilizando, também, os recursos informatizados e outros equipamentos tecnológicos;
- Comunicar-se, de maneira interpessoal e intercultural, de forma correta e precisa sobre os aspectos técnicos específicos e sobre a interpretação da realidade social e dos traços culturais de cada comunidade ou segmento social;
- Demonstrar conhecimento da legislação pertinente nas suas ações profissionais;
- Demonstrar conhecimentos específicos e adequado desempenho técnico-profissionais com humanismo, segurança, empatia e ética (UNEB, 2007, pp.61-62).

Logo, o campo de atuação para o profissional que desenvolva essas habilidades e competências é amplo, “desde as empresas turísticas, passando pela administração hoteleira, até a área de consultoria, assessoramento, docência e de pesquisa, planejamento público e privado, marketing e divulgação das atividades turísticas” (Idem, p. 60).

Segundo a fonte da Universidade, o curso possui um corpo docente formado por 12 professores concursados que atendem diretamente ao curso, 03 professores concursados que pertencem ao Departamento de Ciências Humanas e 01 professor concursado do Departamento de Ciências da Vida. Destes, 06 são doutores; 07 são mestres; 01 é especialista e 01 possui a graduação. 03 destes professores possuem livros publicados conforme sua área de ensino fazendo interface com o turismo.

O bacharelado ainda desenvolve atividades integrantes (extracurriculares) como: visitas técnicas, eventos promovidos pelos discentes e docentes, projetos de pesquisa, pesquisa de campo, cursos de extensão, monitoria de ensino e de extensão. Essas atividades são desenvolvidas pelo curso com intuito de favorecer a formação integral do bacharel. Atualmente, o curso passa pelo processo de renovação do credenciamento, que implicará em novas mudanças da estrutura curricular com objetivo de deixá-lo mais alinhado com a dinâmica da atividade turística e hoteleira.

#### **4 PERFIL DO EGRESSO: SUA FORMAÇÃO E SUA EMPREGABILIDADE.**

Nesse capítulo, serão expostos os dados da pesquisa realizada, onde foi possível traçar um perfil para o egresso, sua formação acadêmica e sua empregabilidade. Para o desenvolvimento desta pesquisa, o levantamento bibliográfico e documental com objetivo de fundamentar a pesquisa ocorreu no período de outubro de 2011 e novembro de 2011. A obtenção destas referências possibilitou a análise e transcrição das contribuições de outros autores sobre o tema proposto, bem como a estruturação desta pesquisa, entre os meses de novembro 2011 e janeiro de 2012.

Quanto às investigações sobre o perfil do egresso, sua avaliação acadêmica e sobre a empregabilidade, limitaram-se à realização de coleta de dados primários, realizadas através da aplicação de questionários on-line, em uma página específica da internet, com 21 perguntas (17 fechadas, 02 abertas e 02 com medidas de opinião). A pesquisa foi realizada entre os meses de novembro de 2011 e março de 2012.

Entre os meses de fevereiro e março de 2012, os dados foram tabulados de modo a possibilitar a geração de quadros e tabelas que orientaram a análise e discussão do conteúdo abordado pela consulta bibliográfica sobre universidade, formação acadêmica e outras. A redação do elemento “conclusão” desta pesquisa se realizou no dia 10 de março de 2012, determinando a finalização deste estudo.

Para melhor entendimento e tabulação dos dados obtidos, a pesquisa foi estruturada em três partes: a primeira trata do perfil do egresso; a segunda, da avaliação formação acadêmica e por fim, sobre a empregabilidade.

##### **4.1 PERFIL DOS EGRESSOS**

De acordo com dados coletados na instituição proponente, 221 alunos foram diplomados bacharéis, desde a primeira turma (no ano de 2002) até o ano de 2011. Conforme o projeto pedagógico, o egresso deve possuir um perfil profissiográfico multidisciplinar e interdisciplinar e que desenvolvesse as competências e habilidades técnicas necessárias. Portanto, precisa saber se comunicar em uma língua estrangeira, compreender as políticas nacionais de turismo, planejar, executar programas estratégicos entre outros.

A população dos egressos é composta majoritariamente por mulheres: são 177, enquanto apenas 44 homens se formaram. Conforme citado anteriormente, embora maioria no

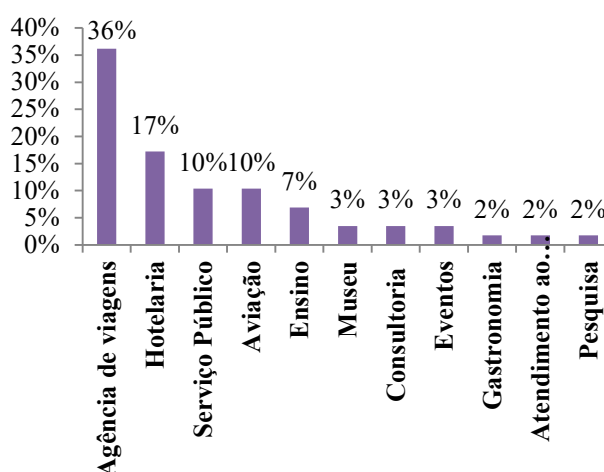
mercado de trabalho do turismo, poucas mulheres ocupam cargos de responsabilidade em seus trabalhos.

A idade média dos egressos é 28 anos. Os egressos levaram em média 4,9 anos para concluírem a sua graduação. Isto quer dizer que levaram em média um semestre a mais que o tempo mínimo ideal para integralizarem seu currículo. Sobre esse dado é importante ressaltar que até o ano de 2005, o tempo mínimo para conclusão do curso era de 4,5 anos, passando no ano posterior para 4 anos devido à reformulação curricular proposta pelo Conselho Estadual de Educação para reconhecimento do curso. Também é importante elucidar que episódios de greve dos professores desta unidade colaboram com o aumento da taxa de evasão no ano/semestre em que ocorrem, aumentando a permanência do estudante na instituição.

No momento em que responderam à pesquisa, 52% dos entrevistados informaram estar trabalhando na área de turismo, 37% está em outra área e 11% não estar trabalhando neste momento (desempregado). Esses dados sugerem que o setor está aquecido, gerando ofertas de empregos para os bacharéis. Outrossim, também revela que, ao contrário do que ocorreu anos atrás, a ocupação de cargos por bacharéis em turismo nas empresas do setor tem crescido, mostrando a importância que o profissional vem ganhando perante o *trade*.

No gráfico 01, a seguir, pode-se verificar o setores que empregam os egressos de Turismo e Hotelaria da UNEB:

Gráfico 1 - Setores que empregam os egressos de Turismo e Hotelaria da UNEB



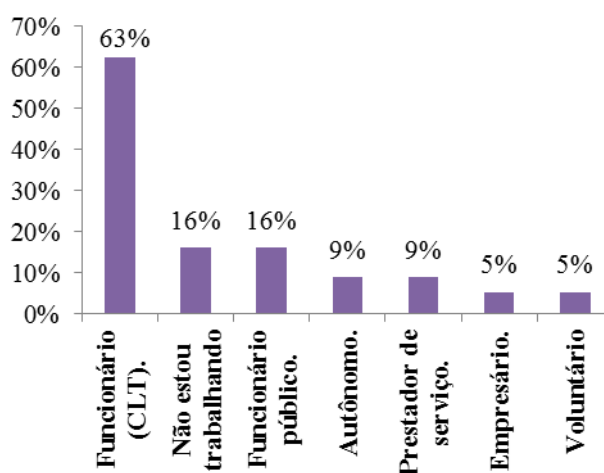
Fonte: BRITO, 2012

Dos empregados na área, 36% trabalha em agências de viagens, seguidos de Hotelaria (17%), Serviço público (10%), Aviação (10%), Ensino, superior e cursos (7%), Consultoria (5%),

Para assumir o cargo em uma agência de viagens ou companhia aérea, o profissional deve saber usar pelo menos um tipo de Sistema de Distribuição Global (GDS). No mercado os mais utilizados são Sabre, Amadeus e Galileo. Normalmente, o investimento para capacitação ocorre por parte de algumas empresas (agências de viagens, ou pelo próprio egresso). Mas, o público-alvo desses cursos é o profissional atuante na área o que torna o investimento para um estudante, por exemplo, dispendioso e sem aplicabilidade imediata.

Em relação ao vínculo empregatício, 63% dos entrevistados informaram que trabalham segundo o regime das Leis de Consolidação do Trabalho – CLT (carteira assinada), 16% pertencem ao regime de funcionalismo público e 9% são prestadores de serviços, 5% trabalham de forma autônoma, 5% são empresários e 2% trabalham voluntariamente (pesquisa).

Gráfico 2 - Vínculo empregatício dos egressos



Fonte: BRITO. 2012

Esse indicador mostra o quanto o mercado formal tem ganhado espaço no turismo, bem como a absorção da mão-de-obra, entrando em consonância com a meta 2 do Plano Nacional de Turismo vigente (BRASIL, 2007).

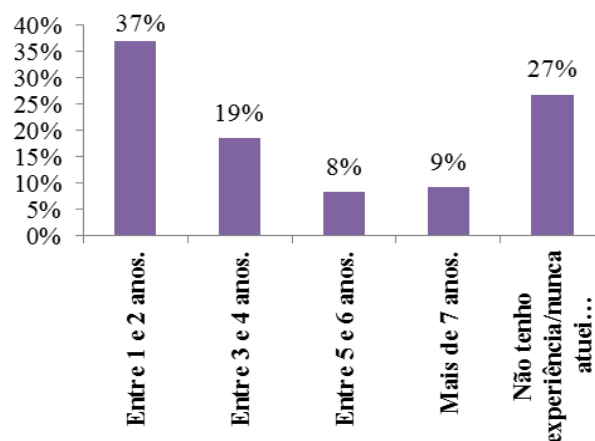
Esses resultados demonstram que existem vagas de emprego e que o mercado de trabalho tem capacidade para absorver a mão de obra existente. Apesar disso, observa-se que a academia vem formando gestores do turismo ao passo que o mercado precisa de um

profissional com perfil operacional e que saiba se comunicar em outro idioma. Portanto, é necessário diminuir a distância existente entre o mercado de trabalho e a formação acadêmica, uma vez que o bacharel deve ser formado para atender ao mercado de trabalho. Consoante Dencker (2002, p.15), "a educação superior deve assumir a formação das competências necessárias para a atuação neste novo contexto". Uma possível solução para superar a falta de empregabilidade dos egressos é formar empreendedores que possam abrir seus próprios negócios.

Hipoteticamente, o bacharel em turismo pode trabalhar eficientemente no gerenciamento de qualquer empresa de turismo, lazer ou hospitalidade, da hotelaria até uma secretária de estado, porém não está apto ou não quer fazer trabalhos manuais (...) por considerar esse tipo de trabalho uma tarefa indigna ou humilhante (BARRETTO et al 2004, p. 39).'

Quanto à experiência em turismo, pode-se observar no que 37% possui entre 1 e 2 anos de experiência e 18% tem mais entre 3 e 4 anos trabalhando na atividade. 27% não tem experiência ou não trabalham na área. Neste ponto, as experiências nos estágios curriculares não foram consideradas, uma vez que o intuito é conhecer a experiência após a conclusão do curso. Mesmo entendendo que este é, provavelmente, o único momento em que a academia se aproxima do mercado de trabalho de maneira oficial.

Gráfico 3 - Tempo de experiência em Turismo.



Fonte: BRITO, 2012

Segundo a Organização Mundial do Turismo – OMT – citando dados da Organização Internacional do Trabalho – OIT – o emprego neste setor, possui características semelhantes: apresenta elevada porcentagem de trabalhadores em tempo integral, temporários

e esporádicos; poucas mulheres em cargo de responsabilidade; importante presença de estrangeiros e de jovens com escassa qualificação; menor remuneração que em outros setores da economia; maior número de horas semanais trabalhadas e menor grau de sindicalização. Pode-se acrescentar: alta rotatividade, alto grau de insatisfação e ausência de plano de carreira na maioria das empresas (BARRETTO et al, 2004; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO, 1995).

Cabe afirmar, porém sem generalizar, que os cargos considerados estratégicos dentro das empresas privadas, acabam sendo ocupados pelas pessoas com mais tempo de experiência, geralmente adquirida por meio da prática diária da atividade laboral. São, “funcionários [...] feitos sob medida para **atender** às necessidades específicas do sistema produtivo e para a reprodução do sistema socioeconômico dominante”. (Barretto et al 2004, p. 40, grifo dos autores).

Quando questionados da dificuldade de obter o primeiro emprego, 33% informam que o mercado sofre com a falta de boas oportunidades de trabalho. O entendimento dos pesquisadores acerca das boas oportunidades de trabalho está atrelado ao salário oferecido no momento da contratação. Não raro, os ganhos brutos são baixos em relação a sua carga horária trabalhada ou ao local trabalhado. Poucas empresas costumam oferecer benefícios adicionais como plano de saúde. Entrementes, outros 30% informaram que não ter tido problemas para se colocar no mercado. 8% relataram que encontraram dificuldade devido à falta de conhecimento prático e 1%, o conhecimento teórico.

Segundo Minarelli (2003, p.5), empregabilidade é “a capacidade de desenvolver as competências requeridas para encontrar um espaço de contribuição profissional quando e onde seja necessário”. Ainda que existam poucos estudos sobre o conceito, para o desenvolvimento desta pesquisa, deve-se considerar apenas que a empregabilidade é a habilidade de ser contratado no mercado de trabalho, no setor de turismo, e sua condição de se manter na empresa e obter promoções. (DRUCKER, 1993; CHIAVENATO, 1999).

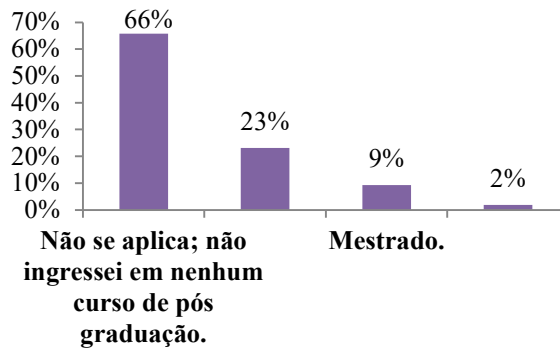
Os profissionais se utilizam dos livros ou revistas especializadas para se atualizar (57%), participam de eventos (39%) e fazem cursos de curta duração (32%). Neste quesito era permitido ao egresso marcar mais de uma opção, logo, o percentual total somado poderá ultrapassar os 100%.

Uma ideia que se fez presente está relacionada com a segunda graduação: acredita-se que os egressos voltam à faculdade para cursar outra graduação por falta de identificação com o bacharelado em Turismo. Entretanto 67% dos entrevistados não cursaram ou cursa outra graduação, mesmo depois de finalizado o bacharelado em Turismo e Hotelaria.

Dos 23% que fizeram (ou fazem) uma segunda graduação, o curso de Administração (18%) foi o mais escolhido, seguido pelo curso de Letras (15%), Direito (12%), Comunicação (12%) e outros. O motivo apresentado para cursar a segunda graduação foi maior empregabilidade (38%) à complementação da formação em relação ao Turismo e a Hotelaria (28%) e. Outros motivos também foram apresentados (nesta questão havia a possibilidade de apresentar um novo motivo que adequasse à realidade do entrevistado): falta de identificação com a área de formação (16%) e interesse pessoal (13%).

Sobre a vida acadêmica após a graduação, 66% dos entrevistados não fizeram nenhum tipo de curso. Dos demais, 23% responderam que fizeram ou estão fazendo curso de especialistas, 9%, de mestrado e 2% de doutorado. 29% das habilitações escolhidas estão relacionadas diretamente com a graduação em Turismo e Hotelaria.

Gráfico 4 - Percentual de alunos que ingressaram em cursos de pós-graduação.



Fonte: BRITO, 2012

Os egressos dizem ser: pró-ativos, tem boa comunicabilidade e empatia.

Diversos fatores podem contribuir para o não ingresso numa pós-graduação:

Tinham entre 21 e 24 anos, quando se formaram.  
 Foram contratados imediatamente, após a conclusão do curso.  
 Consideram que a dupla titulação facilita a contratação pelo mercado de trabalho.  
 Foram contratados imediatamente, após a conclusão do curso.  
 Consideram que a dupla titulação facilita a contratação pelo mercado de trabalho.

pode ser entendido como o reflexo da universidade operacional, ilustrada no capítulo inicial desta pesquisa: que vem produzindo apenas a mão de obra qualificada para o mercado de trabalho. No quadro a seguir é possível visualizar o perfil do egresso:

Quadro 3 – Perfil do Egresso de Turismo e Hotelaria da UNEB

Idade média de 28 anos.
Levaram, em média, 4,9 anos para colar grau.
Atua na área de Turismo e Hotelaria (agência de viagens e hotelaria).
Possui vínculo empregatício.
Está trabalhando entre 01 e 02 anos somente com atividades turísticas.
Considera que no mercado não há boas oportunidades de trabalho.
Usam revistas, livros especializados, cursos à distância e vão a eventos para se atualizarem.
Não possuem outra graduação e não fizeram (ou estão fazendo) outra graduação.
Não fez curso de pós-graduação.

Fonte: BRITO, 2012

#### 4.2 AVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO ACADÊMICA

Nesta seção, serão tabulados os dados referentes à formação acadêmica, segundo a percepção do egresso e sua avaliação do curso. Nesse ponto, torna-se possível conhecer a realidade formativa do diplomado e auxiliará na compreensão da sua situação no mercado de trabalho.

Em relação às atividades desenvolvidas no período acadêmico, 40% dos diplomados relataram que não desenvolveram nenhuma atividade, 31% participaram das atividades de extensão promovidas pela IES. Ainda foram citadas as participações em projetos de pesquisa (13%) e atividades de iniciação científica (9%), atividades de monitoria se constituíram baixa participação (7%).

No tocante atividade de finalização do curso, 47% os fizeram através do relatório de estágio e 39%, monografia. Apenas 4% finalizaram com projeto de viabilidade de hotel ou empreendimento turístico e 3%, plano de negócio. Embora o projeto pedagógico do curso tenha colocado a monografia como opcional aos alunos da primeira estrutura curricular, a obrigatoriedade só ocorreu após o reconhecimento do curso e a mudança da matriz, em 2006. No entanto, cabia a produção de um projeto de viabilidade turístico e hoteleiro como meio para obtenção do diploma, que aos poucos foi substituído pelo relatório de estágio de maneira informal. Após o curso, 63% dos egressos não fizeram nenhuma publicação científica. Enquanto, outros 37% publicaram artigos científicos, capítulos de livro, ensaios etc.

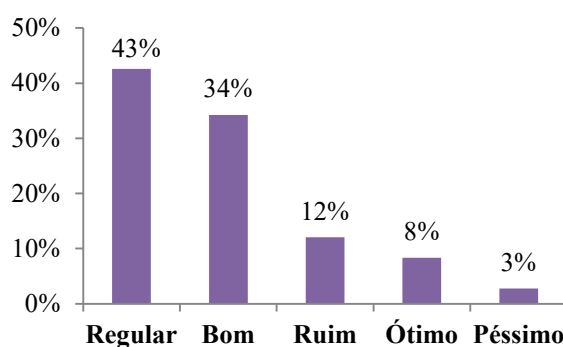
Quando perguntados sobre a principal contribuição do curso 30% entendem que, neste quesito, a aquisição de formação profissional foi a principal contribuição. Entrementes, 29% opinou que a principal foi a obtenção de diploma de nível superior, bem como outros

27% consideraram importante, a aquisição de cultura em geral. A aquisição de formação teórica, que está ligada ao desenvolvimento do pensamento científico, foi considerada como maior contribuição por apenas 14% dos respondentes. Neste ponto, fica explícito que embora, seja um curso de graduação (numa Universidade pública), o bacharelado constitui-se num ensino técnico voltado para suprir o mercado de trabalho. Possivelmente, por ter como modelo de matriz curricular o modelo espanhol, conforme explanação anterior, baseia-se em atender as demandas mercadológicas.

Os diplomados classificaram as “Atividades Extracurriculares” como: Regular (38%), Ruim (18%), Péssimo (7%), essas três opções somam 65% dos entrevistados. 31% avaliaram em “Bom” e 6% “Ótimo” as atividades extracurriculares. Não obstante as atividades extracurriculares sejam essenciais para a aplicação da teoria, sobretudo no curso de Turismo e Hotelaria, salienta-se que nos últimos anos, essas, quando realizadas, muitas vezes não são interdisciplinares, dificultando o aprendizado de maneira holística ou conjugada.

A partir de então, foi solicitado que os egressos avaliassem alguns pontos como: Matriz Curricular, Laboratórios e equipamentos, Corpo docente, Conteúdos, Atividades extracurriculares, Qualidade das aulas e nível de exigência do curso, conforme escala que variou entre: Péssimo, Ruim, Regular, Bom e Ótimo. Cada indicador poderia ser marcado apenas uma vez. O primeiro item a ser avaliado foi a Matriz Curricular. No gráfico a seguir, pode-se visualizar as respostas obtidas pelos egressos:

Gráfico 5 - Avaliação da matriz curricular.



Fonte: BRITO, 2012.

Neste sentido, a estrutura curricular foi considerada “regular” por 47%, enquanto, 33% avaliaram em “bom”; Importante retomar que a estrutura curricular passou por alterações no ano de 2006, quando do reconhecimento do curso pelo Conselho Estadual de Educação. Ressalta-se que a estrutura primária era composta de 60 disciplinas (resultando numa Carga

Horária de 3.195 horas/aula) que muitas vezes se sobrepunham e tornava o conteúdo da aula repetitivo e enfadonho dificultando o aprendizado (Teoria e Técnica da Hotelaria I, II, III, Planejamento e Organização da Hotelaria, Hospedagem I, II; Transportes I, II...).

Ao avaliarem os laboratórios e equipamentos, os resultados obtidos para esses tópicos foram tidos com “ruins” por 32%, ao passo que 35% os classificou como “péssimo”. O laboratório utilizado para as aulas de Alimentos e Bebidas fica localizado em outro departamento (Departamento de Ciências da Vida – Curso de Nutrição), destinado apenas ao preparo da alimentação. Os dois laboratórios de informática estão equipados com computadores defasados, com processadores lentos ou com máquinas que apresentavam defeito e permaneciam dessa forma por tempo considerável. Os equipamentos mais utilizados para suporte ao professor em sala era o retroprojeter. Atualmente, o departamento já possui aparelhos como o *Data Show* à disposição.

A avaliação do corpo docente 49% considerou o corpo docente como “bom”, 40%, como “regular” e 4% como “péssimo e ótimo”, cada indicador. Vale ressaltar que o corpo docente passou por mudanças ao longo do funcionamento do curso, adaptando-se às necessidades acadêmicas. Saindo de uma realidade onde o quadro de professores era composto por 80% dos professores substitutos e 20% de professores assistentes, para 100% de professores contratados através de concurso público. Também há o incentivo por parte do Governo do Estado para que o professor continue se aperfeiçoando, embutindo mais qualidade também para o processo ensino-aprendizagem.

Em reflexo à avaliação do corpo docente, o quesito “Conteúdos” foi classificado como “bom” por 48%, e regular por 41% dos entrevistados. Contudo, a qualidade das aulas ministradas foi relatada por 50% dos entrevistados como “regular”, enquanto 42% consideram como “bom”. Esses resultados sugerem que, entretanto, os professores estão atualizados, abordam assuntos interessantes em sala, contudo não conseguem fazer sua explanação de maneira a despertar o interesse do estudante, utilizando-se da fórmula cartesiana de ensino onde o mestre fala e os estudantes devem anotar seus apontamentos.

O último indicador avaliado refere-se ao nível de exigência do curso: 41% classificou o curso como regular, enquanto 32% avaliou o curso com um grau de exigência bom. Logo, para os entrevistados, o curso deveria exigir mais dos estudantes, seja na realização das atividades avaliativas, seja nas atividades em sala.

O quadro a seguir, mostra a avaliação da formação acadêmica segundo os egressos.

Quadro 4 – Avaliação da Formação Acadêmica, segundo os egressos.

Não desenvolveram nenhuma atividade ligada à pesquisa e extensão.
Finalizaram o curso com relatório de estágio.
Não fizeram publicação acadêmica (artigos, ensaios etc).
Entendem que a aquisição profissional foi a maior contribuição do curso.
Avaliaram a matriz curricular, nível de exigência do curso, a qualidade das aulas e o nível de exigência do curso como regulares.
Consideraram os laboratórios e equipamentos ruins.
Afirmaram que o corpo docente e os conteúdos são bons.

Fonte: BRITO, 2012

Diante do exposto, pode se concluir que, conforme os sete indicadores apresentados, 57% dos quesitos avaliados obtiveram um conceito abaixo do esperado, classificando o curso de Bacharelado de Turismo e Hotelaria da Universidade do Estado da Bahia como “regular”. Esse dado reflete a percepção do egresso em termos de qualidade e excelência e são indicadores utilizados pelo MEC para avaliar conforme o Conceito Preliminar de Cursos através do ENADE.

#### 4.3 EMPREGABILIDADE

O profissional de turismo pode aumentar sua empregabilidade preparando-se para solucionar os problemas com maior celeridade, “problemas cada vez mais sofisticados e específicos” (FRIGOTTO, 1998 *apud* PAIXÃO 2005). Conforme Barretto et al (2004, p. 42), “[...] os detentores de um diploma estão habilitados, por direito, a exercer determinadas funções na sociedade; mas esse diploma não corresponde a capacitação requerida para desempenhá-las [...]”. Ou seja, ele precisa desenvolver suas competências; desta forma, poderá faltar emprego, mas não o trabalho.

A característica profissional mais importante, segundo os entrevistados, é a proatividade (75%), seguida da comunicabilidade (63%) e empatia (61%). Apenas 16% dos profissionais disseram ter, entre suas características profissionais, a compreensão estatística. Essas são as características mais requeridas pelo empregador no momento de contratação. Assim, demonstra que o bacharel em Turismo e Hotelaria da UNEB está alinhado com as necessidades do mercado. Por se tratar de uma questão de múltipla escolha o total das respostas somadas ultrapassará os 100%.

Sobre o aspecto faixa etária 56% dos egressos pertenciam à faixa etária entre 21 e 24 anos quando concluíram sua graduação. Uma idade considerável boa para o mercado de

trabalho, por estarem jovens e geralmente, não possuem muita experiência profissional. Assim, as empresas podem dar continuidade à formação profissional até que ele assuma posições de responsabilidade (que requer mais experiência). Apenas 9% tinham mais de 32 anos quando colaram grau. Para esses, a colocação no mercado de trabalho é mais difícil por conta dos inúmeros preconceitos existentes em torno desta faixa etária e por esperar que os profissionais tenham mais experiência na sua área de formação, que envolvam pessoas e liderança e se possível alguma outra formação educacional (pós-graduação).

Outro indicador importante sobre o mercado está relacionado com o tempo que o egresso levou entre o período pós-formatura e o primeiro emprego: 39% relataram que a sua contratação fora imediata, pois já trabalhavam na área, enquanto 20% responderam que levou entre 1 e 6 meses para se colocar no mercado. 32% informaram que não trabalha neste segmento de mercado. Esses dados corroboram com a expectativa apresentada no projeto do curso de bacharelado em Turismo e Hotelaria, conforme abaixo:

Deste modo, o cenário se apresenta promissor para o Bacharel em Turismo e Hotelaria quanto às oportunidades no mercado de trabalho pois o campo de atuação deste profissional vem se dilatando, e mostra-se capaz de absorver o profissional bem capacitado que possa atuar nas diversas áreas de formação e capacitação profissional (UNEB, 1997).

Quando questionados se a dupla titulação do curso (Bacharel em Turismo e em Hotelaria) facilitava encontrar emprego 51% responderam de maneira afirmativa, contudo, 34% consideram irrelevantes e 15% informou não ter uma opinião formada a respeito.

O quadro 05 demonstra a avaliação da empregabilidade da população estudada.

#### Quadro 5 - Avaliação da Empregabilidade.

Os egressos dizem ser: proativos; ter boa comunicabilidade e empatia.
Tinham entre 21 e 24 anos, quando se formaram.
Foram contratados imediatamente, após a conclusão do curso.
Consideram que a dupla titulação facilita a contratação pelo mercado de trabalho.

Fonte: BRITO, 2012

A respeito deste assunto um dos entrevistados colocou: “Embora eu não considere irrelevante essa dupla titulação, acredito que o curso ainda precisa fazer valer realmente essa dupla titulação, pois na medida em que buscam atender as duas áreas, ambas ficam deficientes em vários aspectos” (*sic*). Ou ainda: “Apesar da área de atuação em turismo ser ampla em segmentos profissionais, acredito que hotelaria dá ênfase especificando mais uma qualificação para o estudante/formado”. Ressalta-se que, conforme já mencionado, esta pesquisa

identificou que o segundo setor que mais emprega (conforme respostas dos entrevistados) é a hotelaria.

Por fim, os egressos opinaram, conforme seu entendimento, sobre o nível de conhecimento sobre pontos ligados às competências e habilidades. O que não foi revelado aos entrevistados é que os pontos são as diretrizes do MEC, utilizadas também no projeto pedagógico do curso em questão.

Atualmente, dezenove habilidades e competências definem a diretriz curricular do curso de Turismo. Àquelas que apresentaram conteúdo semelhante ou complementar, foram agrupadas a fim de tornar a aplicação do questionário e a tabulação mais eficiente e dinâmica.

O primeiro ponto avaliado foi sobre a aplicabilidade e compreensão dos conhecimentos relacionados à legislação turística e políticas nacionais e regionais em turismo. A esse indicador, os entrevistados avaliaram que possuem um conhecimento regular (52%), caracterizando que o seu entendimento sobre os assuntos abordados são medianos ou fizeram pouca aplicabilidade do tema nas disciplinas de Planejamento e Organização do Turismo, Regime Jurídico do Turismo e da Hotelaria, Planejamento do Turismo (nova matriz curricular) e Políticas Públicas (disciplina optativa).

Posteriormente, os conhecimentos relativos aos métodos e técnicas adequadas à realização de planejamento, programa ou projetos estratégicos ligados a Turismo, foram mensurados. Assim, 44% dos entrevistados caracterizaram os saberes obtidos como “bom”. Esta habilidade é concebida nas disciplinas Planejamento e Organização do Turismo (estrutura curricular antiga), Elaboração e Análise de Projetos, Planejamento Estratégico e Governamental (disciplina optativa) e Planejamento do Turismo.

A operacionalização de estudos de viabilidade econômico-financeiro de projetos e/ou empreendimentos turísticos / hoteleiros é construída ao longo da frequência e aprovação das disciplinas de Administração Hoteleira e Projeto em Turismo e Hotelaria (primeira estrutura curricular) bem como, Pesquisa e Análise de Mercado Turístico e Elaboração e Análise de Projetos. Sendo assim, 45% egressos avaliaram como regular as habilidades e competências adquiridas ao longo da graduação em Turismo e Hotelaria.

Uma notável observação sobre esse item está relacionada com a maneira a qual as primeiras turmas finalizaram seu curso (exposto na seção anterior): o projeto pedagógico do curso e a ementa da disciplina: Projeto em Turismo e Hotelaria, ressaltam que “O projeto deverá ser em forma de uma Monografia (o projeto propriamente dito) – requisito indispensável à diplomação do aluno” (BAHIA, 1997, s.p.). Logo, a conclusão do curso sem a

realização dessa atividade como descrita, deixa uma lacuna na formação dos egressos que estiveram submetidos a antiga matriz curricular.

As habilidades de elaboração de planos nos âmbitos municipais e estaduais de turismo foram classificadas por 45% dos egressos como regular. As disciplinas: Planejamento e Organização do Turismo (antiga estrutura curricular), Planejamento do Turismo e Planejamento Estratégico e Governamental (optativa) são responsáveis também pelo desenvolvimento destas competências.

Quanto à detecção e intervenção no mercado turístico com inserção em novos espaços, descoberta de novas áreas de negócios e novos campos turísticos emergentes ou inventariados, 38% diplomados caracterizaram essa habilidade como “boa”. As disciplinas de Teoria e Técnica do Turismo III, Planejamento e Organização do Turismo (matriz original), Pesquisa e Análise de Mercado Turístico e Elaboração e Análise de Projetos dispõe em suas ementas o desenvolvimento desta competência àqueles que conseguirem aprovação nestas matérias.

As habilidades relacionadas ao planejamento e operacionalização do inventário turístico também foram caracterizadas como “boa” (39%). Para o desenvolvimento dessa habilidade, foi oferecido um curso de extensão intitulado: “Inventariação da Oferta Turística” orientado por duas docentes da própria graduação. A disciplina Pesquisa e Análise de Mercado Turístico também aborda esse assunto através de aulas expositivas e atividade prática.

A classificação de estabelecimentos prestadores de serviços turísticos é ministrada nas disciplinas: Meios de Hospedagem e Estrutura e Funcionamento da Hotelaria; tendo sido abordada pela Teoria e Técnica da Hotelaria III e Administração Hoteleira. Dessa forma, 45% responderam que possuem bons conhecimentos sobre essa habilidade.

Para 50% dos respondentes, a inter-relação de informações históricas, geográficas, artísticas, esportivas, recreativas, religiosas é boa. E o aprendizado é composto das disciplinas Teoria Geral do Turismo, Teoria e Técnica do Turismo I, Sociologia Geral, Lazer e Recreação, História da Cultura e das atividades interdisciplinares que ocorreram.

27% afirmam possuir “bom” domínio de língua estrangeira. Característica que representa um aumento de até 30% do salário do profissional bilíngue. Embora o curso ofereça disciplinas de Língua Inglesa e Espanhola, o ensino é instrumental. Portanto, o desenvolvimento desta habilidade corresponde ao interesse do egresso em se aprimorar através dos cursos de línguas, programas de intercâmbio e similares.

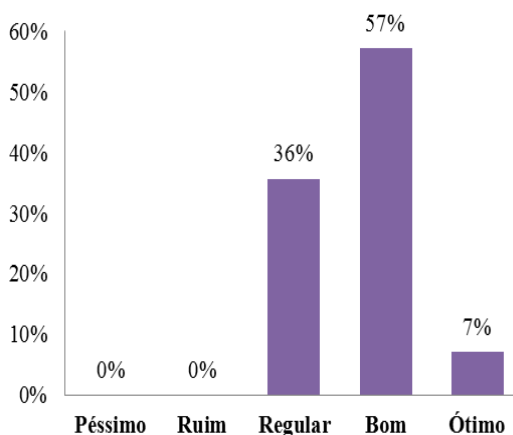
As disciplinas de Língua Portuguesa I e II, Comunicação e Redação Empresarial da antiga estrutura curricular, bem como Comunicação, Linguagem e Turismo e Leitura e Produção do Texto Científica, auxiliam na prática da produção textual e assim, 40% informa que possuem bom domínio da produção textual.

Os egressos afirmam (40%) que possuem bom domínio das técnicas e ferramentas de marketing. A aplicação do marketing para o turismo constitui-se numa importante forma para o desenvolvimento de um município se aplicados corretamente no setor turístico, uma vez que identifica as ações de marketing que auxiliam uma Administração Pública a investir no potencial turístico de uma localidade.

Em relação ao compromisso social e ético, os bacharéis avaliaram esta competência como ótima. Ressalta-se que a ética sempre foi trabalhada de forma indireta nas demais disciplinas e de maneira direta, na disciplina de Filosofia e Ética Profissional.

Os entrevistados afirmaram possuir um conhecimento “regular” dos softwares utilizados nas atividades turísticas e/ou hoteleiras, defasagem explicitada por alguns diplomados: “Por exemplo, na faculdade não tivemos nenhum contato com softwares utilizados na Hotelaria ou em agências, eu só dominei eles durante minha experiência nestes locais.” (*sic*). E de igual forma, a elaboração e tabulação de pesquisas seja de mercado ou científica (37%).

Gráfico 6 - Avaliação Geral das Habilidades e Competências dos Egressos.



Fonte: BRITO, 2012.

Ao final, foi perguntado aos egressos se a matriz curricular lhes preparou para o mercado de trabalho. Para 51% esse objetivo (do curso de bacharelado) foi alcançado.

Entretanto, os mesmos enfatizaram que a formação foi voltada para planejamento e não operacional, conforme pode ser verificado a seguir:

Para o mercado no qual eu faço parte, que é a área de PLANEJAMENTO, sinto que tive contato com a maioria dos temas importantes, porém de uma maneira bastante superficial, distante das verdadeiras necessidades do mercado. Além das experiências de estágio não tive contato com a área de HOTELARIA ou AGENCIAMENTO e por isso não posso fazer uma relação direta com a aceitação no mercado mas acho que os conhecimentos específicos para estas áreas em questão são bastante incompletos (*sic*).

O mercado é bem diferente do que foi abordado pela maioria das disciplinas ministradas, o melhor do curso vai a visão de gestão abordada quase que 60% do curso, as disciplinas específicas deixaram a desejar na questão do que o mercado realmente solicita em termos de prática e desenvolvimento do profissional em sua atuação, deveríamos ter teoria de construção e elaboração que auxiliasse o mercado, ter pratica de sistemas que as empresas utilizam, para que quando o estudante esteja no mercado não lhe seja tudo diferente, deve ser um ambiente familiar (*sic*).

Um resumo da avaliação acerca das habilidades e competências dos egressos pode ser mais bem visualizado no quadro 06, que segue:

Quadro 6 – Avaliação da Empregabilidade: Habilidades e Competências.

Regular	Bom	Ótimo
Avaliação e compreensão das legislações pertinentes e das políticas nacionais e regionais sobre turismo.	Domínio dos métodos e técnicas adequadas para realização de planejamento, programas ou projetos estratégicos relacionados ao turismo.	Compromisso social (incluindo ética profissional).
Operacionalização de estudos de viabilidade econômico-financeiro de projetos e/ou empreendimentos turísticos/hoteleiros.	Deteção e intervenção positiva no mercado turístico com sua inserção em novos espaços, descoberta de novas áreas de negócios e novos campos turísticos emergentes ou inventariados.	
Elaboração de planos municipais e estaduais de turismo.	Planejamento e operacionalização do inventário turístico	
Domínios dos softwares usados nas atividades turísticas e/ou hoteleiras.	Classificação de estabelecimentos prestadores de serviços turísticos conforme critérios.	
Elaboração ou tabulação de pesquisas de mercados ou científica.	Inter-relação de informações históricas, geográficas, artísticas, esportivas, recreativas, religiosas e outros como forma de manifestação da comunidade humana.	
	Domínio de língua estrangeira.	
	Domínio de produção textual.	
	Domínio das técnicas e ferramentas de marketing.	

Fonte: BRITO, 2012

Diante do exposto anteriormente, pode-se avaliar que, em relação às habilidades e competências, os egressos possuem bons conhecimentos, o que o torna empregável no mercado de trabalho turístico na área operacional. Entretanto, o mercado possui maior necessidade de mão-de-obra na linha de frente (operacional) e neste quesito o egresso atende parcialmente às expectativas.

## 5 CONCLUSÃO

Apresentam-se aqui as conclusões extraídas no decorrer deste trabalho, como recomendações de novas propostas. Espera-se que este estudo não seja algo conclusivo, mas aberto à continuidade as novas pesquisas, uma vez que novas questões surgem neste instante. Com esta finalidade, são apresentadas algumas percepções obtidas com a intenção de colaborar com aqueles que voltam seu olhar para o desenvolvimento da educação em turismo.

Propôs-se neste trabalho avaliar a formação acadêmica dos egressos do curso de Turismo e Hotelaria da UNEB e sua empregabilidade e mesmo tempo, procurar evidências que respondessem: Até que ponto a formação acadêmica do egresso de Turismo e Hotelaria da UNEB garante sua empregabilidade?

Após análise da pesquisa, pode-se verificar que a formação acadêmica do egresso de Turismo e Hotelaria da UNEB garante sua empregabilidade, uma vez que os diplomados possuem domínio de línguas estrangeiras, estão aptos a realizarem inventariação da oferta turística, possuem bom domínio de produção textual, estão empregados em agências de viagens e afirmam que foram preparados para o mercado de trabalho através do ensino superior.

Também finalizaram suas graduações com produção de relatório de estágio e não fizeram nenhum curso de pós-graduação. Possuem defasagem no desenvolvimento das habilidades e competências relacionadas a planejamento, operacionalização dos estudos de viabilidade econômica e elaboração de planos municipais e estaduais, sugerindo que os egressos não foram habilitados para assumirem cargos nas áreas de estratégicas do planejamento da atividade turística e sim, nas áreas operacionais.

Com base nas referências pesquisadas e nas análises das entrevistas aos bacharéis formados pela UNEB pode-se afirmar que a hipótese apresentada no início desta pesquisa: a empregabilidade não é/ou não foi garantida pela formação acadêmica recebida, norteou parcialmente esta pesquisa, um vez que os dados sugerem que os egressos estão empregados, conseguem se recolocar e se manter empregado devido à formação acadêmica recebida.

Julga-se relevante que, qualquer que seja o consenso sobre o papel da universidade, o profissional Bacharel em Turismo precisa ser mais qualificado, no sentido de saber fazer-se dentro da realidade do país. Ressalta-se que o estímulo à pesquisa científica já sustentabilidade dentro das exigências sociais, igualmente, deve ser considerado. Outrossim, é significativo destacar que este estudo não teve por objetivo esgotar a formação acadêmica e

empregabilidade dos egressos, sendo possível, em futuras pesquisas, a abordagem de outras áreas do conhecimento que possam ser abordadas.

Como visto no decorrer do trabalho, existem características necessárias para que os profissionais do turismo sejam capazes de assumir as responsabilidades requeridas pelo mercado de turismo, tais como: falar uma língua estrangeira (preferencialmente o inglês), se comunicar, operar sistemas informatizados, ser dinâmico, ter vontade de aprender e ter disponibilidade de horário vão de encontro ao tipo de profissional que sai da universidade.

Esta pesquisa proporcionou reflexões relevantes quanto algumas questões complexas em torno do curso de Turismo e Hotelaria da UNEB. A princípio ressalta-se que por ser o único curso com dupla graduação numa universidade pública do país, deve incentivar a participação discente e docente para a construção de novos saberes, seja através da pesquisa científica, atividades de extensão ou interdisciplinares. Promover o fortalecimento através de uma visão mais coesa e menos “departamentizada” como hoje ocorre no curso. O baixo número de egressos em cursos de pós-graduação demonstra que a Universidade vem repetindo o processo de produção em massa de mão de obra, que continua perpetuando a presença do capitalismo sem construir, contudo, “pensadores” que devem ser o contraponto do sistema econômico vigente.

As Diretrizes da Educação define uma série de competências que, quando desenvolvidas individualmente, diferenciara o profissional e o tornara valorizando no mercado. Entretanto, exige uma formação generalista (conhecedora de tudo) e ao mesmo tempo uma postura focada no objeto (especialista). Assim, pode-se perceber uma “diretriz de opostos”, que norteia projetos pedagógicos curriculares deficientes e não condizentes com a realidade. Portanto, é necessário repensar e reavaliar os moldes de ensino adotados para promover uma mudança a fim de estimular a permanência dos alunos no curso e principalmente, formara profissionais capazes de criar e se manter no mercado.

Com vistas a ampliar o conhecimento voltado à formação acadêmica e sua relação com a empregabilidade, sugere-se o retorno a este tema, utilizando não apenas a percepção dos egressos como fonte de dados, mas também a dos discentes e docentes, uma vez que os primeiros ainda são sujeitos da ação do segundo e estes, são os responsáveis diretos pela formação do profissional. Além disso, pode-se realizar um estudo comparativo entre as percepções dos discentes e docentes, com intuito de viabilizar um escala de satisfação entre ambos. Outro ponto a ser considerado numa próxima pesquisa envolvendo este tema seria a causa da evasão dos discentes e um aprofundamento maior sobre os projetos pedagógicos do curso.

Estas considerações sinalizam a necessidade de definição de uma identidade profissional ao bacharel para a sociedade em geral, caracterizando como um profissional de nível superior, com competências e habilidades para acompanhar as evoluções tecnológicas. Também faz-se necessário definir o papel da UNEB com a educação e o trabalho, sem manter o foco nos interesses do mercado, incorporando aos métodos de ensino processos que promovam uma formação cidadã.

Por fim, observou-se que: embora o curso seja considerado regular, os diplomados desse curso saem com boas aptidões. Isso decorre, sobretudo, da qualidade dos docentes e dos conteúdos atualizados. Entretanto, embora possua boa formação, o egresso desenvolve habilidades e competências necessárias para realizar atividades voltadas para o planejamento da atividade turística. Cria-se, portanto, uma lacuna entre o processo acadêmico de ensino e a prática profissional, uma vez que o campo profissional para este bacharel está na esfera pública, tornando-o difícil o seu acesso a este mercado, que por sua vez, possui uma demanda excessiva de mão de obra parcialmente (ou totalmente) desqualificada para o trabalho operacional, de maior demanda.

Por fim, considerando o ensino de bacharelado em Turismo e Hotelaria torna-se essencial que as ações de políticas públicas sejam elaboradas de formas mais congruentes com as configurações de um mundo globalizado, na busca de uma educação de qualidade para todos capaz de promover a valorização desta importante atividade no país.

## REFERENCIAS

ABRIL. A formação certa para você: do bacharelado ao tecnológico, existe uma modalidade de curso que se encaixa em seu perfil. **Guia do Estudante. Vestibular 2006**. São Paulo: Ed Abril, 2006.

ALCKMIM, Giuliano Viana. **Curso superior de tecnologia e bacharelado**: um estudo sobre a mudança ocorrida na formação profissional em Administração no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais – Campus Januária. Brasília, DF: [s.n], 2011. Disponível em: < <http://hdl.handle.net/10482/8638>>. Acesso em: 15 out. 2011.

ANDRADE, J. Turismo: fundamentos e dimensões. 8. ed São Paulo: Ática, 2001 215 p

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE TURISMO. Brasília: Ministério do Turismo. v. 38. 2011. Disponível em: < [http://www.dados FATOS.turismo.gov.br/export/sites/default/dados FATOS/anuario/downloads\\_anuario/Anuario\\_Estatxstico\\_2011\\_-\\_Ano\\_base\\_2010\\_-\\_24-05-2011.pdf](http://www.dados FATOS.turismo.gov.br/export/sites/default/dados FATOS/anuario/downloads_anuario/Anuario_Estatxstico_2011_-_Ano_base_2010_-_24-05-2011.pdf)> Acesso em: 18 ago. 2011.

BAHIA. Lei Delegada nº 66, de 01 de junho de 1983. Cria a Universidade do Estado da Bahia – UNEB e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, Salvador, 01 de junho de 1983. Disponível em: < [http://www2.casacivil.ba.gov.br/nxt/gateway.dll/legsegov/leideleg/ld1983066.xml#LD\\_66](http://www2.casacivil.ba.gov.br/nxt/gateway.dll/legsegov/leideleg/ld1983066.xml#LD_66)>. Acesso em: 03 dez. 2011.

BARRETTO, M. Manual de iniciação ao estudo do turismo. 12. Ed. Campinas, SP: Papyrus, 2002.

BARRETTO, M.; TAMANINI, E.; SILVA, M. I. Discutindo o Ensino Universitário de Turismo. São Paulo. Ed Papyrus, 2004.

BENI, Mário Carlos. Análise estrutural do turismo. 10. ed São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004.

BOAVENTURA, Edivaldo M. A construção da universidade baiana: origens, missões e afrodescendência. Salvador: EDUFBA, 2009.

BOMENY, Helena. "A reforma universitária de 1968, 25 anos depois". Revista Brasileira de Ciências Sociais, n.26, out. 1994. Disponível em: < [http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_26/rbcs26\\_04.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_26/rbcs26_04.htm)>. Acesso em: 18 out. 2011.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1987 361 p. - (Coleção estudos 20)

BRASIL. Constituição (1891). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**: promulgada em 24 de fevereiro de 1891.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 464, de 11 de fevereiro de 1969. Estabelece normas complementares à Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 11 fev. 1969. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/De10464.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10464.htm)>. Acesso em: 06 nov. 2011.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915. Dispõe sobre a manutenção dos seis institutos de instrução secundária e superior subordinados ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 20 mar. 1915. Seção 1, p. 3028 (Republicação). Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11530-18-marco-1915-522019-republicacao-97760-pe.html>>. Acesso em: 12 out. 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Parecer CNE/CES n. 436/2001, de 02 de abril de 2001. Cursos Superiores de Tecnologia – Formação de Tecnólogos. Brasília, DF, 2 de abril de 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0436.pdf>>. Acesso em 15 out. 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Parecer CNE/CES n.0146/2002, de 03 de abril de 2002. Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Direito, Ciências Econômicas, Administração, Ciências Contábeis, Turismo, Hotelaria, Secretariado, Música, Dança, Teatro e Design. Brasília, DF, 2 de abril de 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0436.pdf>>. Acesso em 15 out. 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução n.13, de 24 de novembro de 2006. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo e dá outras providências. Brasília, DF, 24 de novembro de 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0436.pdf>>. Acesso em 15 out. 2011.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Turismo 2007 – 2010**: Uma viagem de inclusão. Brasília: 2010.

\_\_\_\_\_. Secretária da Educação Superior. Decreto nº 92.937, de 17 de julho de 1986. Autoriza o funcionamento da Universidade do Estado da Bahia. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, 17 jul. 1986. Seção 1, p. 10.645.

Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-92937-17-julho-1986-442927-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 03 dez. 2011.

CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

CARVALHO, Alan Francisco. Políticas Públicas em Turismo no Brasil. **Sociedade e Cultura**. Goiânia, v. 3, n. 1 e 2, p. 97 – 109, jan./dez. 2000.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

CHAUÍ, Marilena et al. **A questão da democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. 172p

CHIAVENATO, I. Gestão de Pessoas: o novo desafio dos recursos humanos organizações. Rio de Janeiro. Ed. Campus, 1999.

COOPER, C.; SHEPERD, R.; WESTLAKE, J. Educando os educadores em turismo: Manual de educação em turismo e Hospitalidade. São Paulo: Roca, 2001.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã**: da colônia à era de Vargas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento desigual e combinado no ensino superior: Estado e mercado. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 88, Out 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302004000300008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302004000300008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 15 out. 2011.

\_\_\_\_\_. Reforma universitária em crise: gestão, estrutura e território. IN: TRINDADE, Hégio (ORG). **Universidade em Ruínas**: Na república dos professores. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A desoficialização do ensino no Brasil: a Reforma Rivadávia. **Educ. Soc.** Campinas, v. 30, n. 108, out. 2009. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302009000300005&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302009000300005&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 12 out. 2011.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Pesquisa Interdisciplinar no Ensino Superior**: uma experiência no curso de Turismo. São Paulo: Ed Aleph, 2002.

\_\_\_\_\_. Métodos e Técnicas de pesquisa em Turismo. São Paulo: Futura, 2001.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do Turismo: Política e Desenvolvimento do Turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.

DIAS, Rosanne Evangelista; LOPES, Alice Casimiro. Competências na formação professores no Brasil: o que (não) há de novo? **Educ. Soc.** Campinas, vol. 24, n. 85, p. 1155 – 1177, dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v24n85/a04v2485.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2012.

DRUCKER, P. *Sociedade Pós Capitalista*. 5ª ed. São Paulo: Ed. Pioneira, 1993.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 28, p. 17 -36, dez. 2006. UFPR, 2006. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40602006000200003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602006000200003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 12 out. 2011.

\_\_\_\_\_. *A universidade do Brasil: Guia dos dispositivos legais*. Rio de Janeiro: COMPED, 2000.

FERNANDES, Florestan. **A questão da USP**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FERRETTI, Celso João. Formação profissional e reforma do ensino técnico no Brasil: anos 90. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 18, n. 59, ago. 1997. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73301997000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301997000200002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 15 out. 2011

FRIGOTTO, G. (Org.). *Educação e Crise no Trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis: ed. Vozes, 1998.

GENTILI, Pablo A. A.; FRIGOTTO, Gaudêncio. **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. 2. ed. São Paulo: Buenos Aires: Cortez, CLACSO, 2001. 279 p.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184 p.

GOMES, Alfredo Macedo. Exame nacional de cursos e política de regulação estatal do ensino superior. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, n.120, Nov. 2003. Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742003000300007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742003000300007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 10 fev. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742003000300007>.

GONDIM, Sônia Maria Guedes. Perfil profissional e mercado de trabalho: relação com formação acadêmica pela perspectiva de estudantes universitários. **Estud. psicol.** (Natal), Natal, v. 7, n. 2, jul. 2002. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-294X2002000200011&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2002000200011&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 16 set. 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2002000200011>.

GRACIANI, Maria Stela Santos. **O ensino superior no Brasil: a estrutura de poder na universidade em questão**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

HALLAL, Dalila Rosa et al. **O contexto de criação dos cursos de bacharelado em Turismo no Brasil**. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTIÓN UNIVERSITÁRIA EN AMÉRICA DEL SUR, 10, 2010, Mar del Plata. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <[http://www.inpeau.ufsc.br/wp/wp-content/BD\\_documentos/coloquio10/242.pdf](http://www.inpeau.ufsc.br/wp/wp-content/BD_documentos/coloquio10/242.pdf)>. Acesso em: 03 mar. 2012.

HEILBORN, Gilberto; LACOMBE, Francisco. **Administração – Princípios e Tendências**. 2. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2009.

LÉDA, Renato. Políticas de Territorialização do Turismo na Bahia. In: Anais do 10º Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo: USP, 2005. Disponível em <<http://citrus.uspnet.usp.br/rdg/ojs/index.php/rdg//article/view/53/43>>. Acesso em: 05 ago.2011.

LICKORISH, Leonard; JERKINS, Carlson. Introdução ao Turismo. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

LOHMANN, Guilherme; PANOSSO NETTO, Alexandre. Teoria do Turismo: conceitos, modelos e sistemas. São Paulo: Aleph, 2008.

LUCCHESI, Camila. O tamanho do turismo brasileiro. **Revista Host17 - Hospitalidade e Turismo Sustentável**. Dez 2006/Jan 2007. Disponível em: <[http://revistahost.uol.com.br/publisher/preview.php?edicao=1206&id\\_mat=759](http://revistahost.uol.com.br/publisher/preview.php?edicao=1206&id_mat=759)> Acesso em: 03 mar. 2012.

LUCKESI et al. Fazer Universidade: Uma proposta metodológica. São Paulo: Cortez, 2001.

MARCOVITCH, Jaques. A universidade impossível. São Paulo: Futura, 1998.

MENDONÇA, Ana Waleska P.C. A universidade no Brasil. **Rev. Bras. Educ.** Rio de Janeiro, n. 14, ago. 2000. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782000000100008&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782000000100008&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 12 out. 2011.

MINARELLI, José Augusto. **Empregabilidade**: como ter trabalho e remuneração sempre. São Paulo: Gente, 2003.

MINTO, Lalo Watanabe. **As reformas do ensino superior no Brasil**: o público e o privado em questão. Campinas: Autores Associados, 2006.

MOREIRA, Danilo. Augusto. Didática do ensino superior: técnicas e tendências; São Paulo: Pioneira, 1997.

PALHARINI, Francisco de Assis. Contornos da Evasão no Curso de Letras da UFF. **Caderno de Letras da UFF**. Dossiê: Preconceito Linguístico e Canône Literário. Rio de Janeiro, n. 36, 1. sem. 2008. Disponível em: <<http://www.uff.br/cadernosdeletrasuff/36/artigo8.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. Introdução ao Turismo. São Paulo: Roca, 2001.

PAIXÃO, D. A Empregabilidade dos Recursos Humanos no Turismo como Fator Estratégico para as empresas turísticas: o caso da hotelaria na cidade de Curitiba. Brasil. Tese de Doutorado. Málaga: Universidade de Málaga, 2005

PAULA, Maria de Fátima Costa de. USP e UFRJ: a influência das concepções alemã e francesa em suas fundações. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 14, n. 2, out. 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010320702002000200008&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010320702002000200008&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 15 out. 2011.

PETROCCHI, Mário. Turismo: planejamento e gestão. 2. ed. - São Paulo: Futura, 1998 381 p.

RODRIGUES, Daniela Maria Lucena. O perfil acadêmico – profissional do Bacharel em Turismo Docente nos Cursos de Turismo de Santa Catarina. Brasil. Dissertação de mestrado. Balneário Camboriú: Universidade Vale do Itajaí, 2006.

SAVIANI, D. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: C. J. Ferretti, D. M. L. Zibas, F. R. Madeira, & M. L. P. B. Franco (Orgs.), *Novas tecnologias, trab/alho e educação: um debate multidisciplinar* (pp. 151-68). Petrópolis: Vozes, 1994.

SILVA, Francisca de Paula Santos da. **Turismo em rede**: uma teia de múltiplas relações – o XXIV Congresso da ABAV. Salvador. Faculdade de Turismo da Bahia, 2000. 129 p.

SILVA, Márcia Regina Barros. Projetos Republicanos para a Saúde: o ensino livre de medicina. **BIS – Boletim do Instituto de Saúde**. São Paulo, n. 38, abril. 2006. Disponível em <<http://www.marilia.unesp.br/Home/Pesquisa/cultgen/bis38.pdf#page=20>>. Acesso em: 12 out. 2011.

SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo et al. A evasão no ensino superior brasileiro. **Cad. Pesqui.** São Paulo, v. 37, n. 132, dez. 2007. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742007000300007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742007000300007&lng=pt&nrm=iso)>. Acessos em: 04 mar. 2012.

SOARES, Cláudia; ALMEIDA, Éricka. Cursos de turismo: quantidade x qualidade O caso de Salvador/ Bahia. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, vol. 6, 2006 [citado 2011-09-13]. Disponível em <http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=115416201006>. Acesso em 13 set. 2011.

SOBRINHO, José Dias. Concepções de universidade e de avaliação institucional. IN: TRINDADE, Hélió (ORG). **Universidade em Ruínas: Na república dos professores**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

STEINHILBER, Jorge. Licenciatura e/ou Bacharelado: opções de graduação para intervenção profissional. **Revista E.F.**, n. 19, Mar 2005. Disponível em: <[http://www.confef.org.br/extra/revistaef/arquivos/2006/N19\\_MAR%C3%87O/08\\_LICENCIATURA\\_OU\\_BACHARELADO.PDF](http://www.confef.org.br/extra/revistaef/arquivos/2006/N19_MAR%C3%87O/08_LICENCIATURA_OU_BACHARELADO.PDF)>. Acesso em 15 out. 2011.

SUAREZ, Marcus. Os problemas da expansão espacial do Turismo no Brasil. **Ciencias Sociales Online**. Viña del Mar, vol 4, ano 2, julho, 2007. Disponível em <[http://www.uvm.cl/csonline/2007\\_2/pdf/alban.pdf](http://www.uvm.cl/csonline/2007_2/pdf/alban.pdf)> Acesso em: 28 ago. 2011.

TEIXEIRA, Anísio. A universidade de ontem e de hoje. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

\_\_\_\_\_. Notas para a história da educação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v.37, n.85, jan./mar. 1962. p.181-188. Disponível em: <<http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/notas2.html>>. Acesso em: 03 mar. 2012.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **A Sociedade Pós-industrial e o Profissional em Turismo**. Campinas: Papirus, 1998.

TRINDADE, Hélió. UNESCO e os cenários da educação superior na América Latina. . IN: TRINDADE, Hélió (ORG). **Universidade em Ruínas: Na república dos professores**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. Disponível em <[www.uneb.br](http://www.uneb.br)>. Acesso em 30 ago. 2011.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. Centro de Educação Técnica da Bahia. Curso de Bacharelado em Turismo e Hotelaria. Salvador: UNEB, 1997 152p.

\_\_\_\_\_. Curso de Bacharelado em Turismo e Hotelaria: Projeto de Reconhecimento de Curso Salvador: UNEB, 2004 176 p.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; ZOUAIN, Deborah Moraes (Orgs.). **Pesquisa Qualitativa em Administração**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 224 p.

WERBEL, J. D. Relationships among career exploration, job search intensity and job search effectiveness in graduating college students. *Journal of Vocational Behavior*, 57, 379-94. 2000.

WOLFF, Robert Paul. **O ideal da Universidade**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

## APENDICE A – Imagem da pesquisa online: “O currículo de ontem, hoje”.

Pesquisa - O currículo de ontem, hoje.

Prezado (a) egresso (a):

Este questionário objetiva coletar informações sobre o desenvolvimento profissional dos egressos do curso de bacharelado de Turismo e Hotelaria da Universidade do Estado da Bahia. Para tanto, solicito sua colaboração no preenchimento das questões a seguir, a fim de que seja possível levantar os dados necessários para conclusão desta pesquisa.

Todos os dados serão mantidos sobre sigilo.

Carla Oliveira Brito  
\*Obrigatório

**Nome: \***  
Apenas para controle de preenchimento do questionário

**Idade: \***

**Você está atuando na área de turismo? \***

Sim.

Não, estou trabalhando em outra área.

Não estou trabalhando.

Trabalhado: Carla Brito

Fonte: BRITO, 2012.

APÊNDICE B – Relação dos cursos de graduação e pós-graduação oferecidos na Universidade do Estado da Bahia

Cursos de Graduação Presencial	Cursos de Graduação à Distância	Pós Graduação Presencial	Pós Graduação à Distância
Administração	Administração	Gestão e Tecnologia Aplicada à Educação	Educação à Distância
Administração – Micro e Pequenas Empresas	Administração Pública	Química Aplicada	Gestão Pública
Agronomia	Ciências Biológicas	Estudo de Linguagens	Gestão Municipal
Análise de Sistemas	Computação	Educação e Contemporaneidade	Gestão em Saúde
Ciências Biológicas	Educação Física	Crítica Cultural	
Ciências Contábeis	Geografia	Horticultura Irrigada	
Comunicação Social – Jornalismo e Mídias	História	Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional	
Comunicação Social – Radialismo	Letras – Língua Espanhola e Literaturas	História Regional e Local	
Comunicação Social – Relações Públicas	Letras – Língua Inglesa e Literaturas	Biodiversidade Vegetal	
Desenho Industrial: Programação Visual	Letras – Língua Portuguesa e Literaturas	Ecologia Humana e Gestão Socioambiental	
Desenho Industrial: Projeto do Produto	Matemática	Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento	
Direito	Pedagogia		
Educação Física	Química		
Enfermagem			
Engenharia Agrônoma			
Engenharia de Pesca			
Engenharia de Produção Civil			
Farmácia			
Fisioterapia			
Fonoaudiologia			
Geografia			
História			
Letras – Língua Espanhola e Literaturas			
Letras – Língua Francesa e Literaturas			
Letras – Língua Inglesa e Literaturas			
Letras – Língua Portuguesa e Literaturas			
Matemática			
Medicina			
Nutrição			

APÊNDICE B – Relação dos cursos de graduação e pós-graduação oferecidos na Universidade do Estado da Bahia (cont.)

Cursos de Graduação Presencial	Cursos de Graduação à Distância	Pós Graduação Presencial	Pós Graduação à Distância
Pedagogia – Licenciatura Psicologia Química Sistemas de Informação Turismo Turismo e Hotelaria Urbanismo			

Fonte: Universidade do Estado da Bahia, 2012.

APENDICE C – Cronologia da implantação universitária no Brasil.

Período	Fato	Característica
Séc XVI - 1808	Tentativa de criação de uma universidade no território brasileiro, por parte dos jesuítas.	O Ensino superior é exclusivamente oferecido na Europa para impedir que os habitantes da colônia adquirissem maior esclarecimento sobre a situação política da época.
1808 - 1828	Criação do primeiro Curso Médico de Cirurgia (BA) e da Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica (RJ); Academia Real Militar (RJ); Real Academia de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil; Cursos Jurídicos.	A implantação dos cursos superiores aconteceu após a chegada da Família Real Portuguesa para atender a uma necessidade da Corte (saúde, engenharia, leis e artes).
1832	As academias de Medicina de Salvador e do Rio de Janeiro são transformadas em Faculdades abrangendo os cursos de Farmácia e Obstetrícia.	Abertura de cursos e academias com o objetivo de formar profissionais, burocratas, produtores de bens simbólicos e profissionais liberais.
1909 -1912	Surgem as universidades nos estados de São Paulo, Paraná e Amazonas, que não perduraram.	Adoção do ensino livre (qualquer um podia ensinar o que quisesse a quem quisesse) favoreceu o aparecimento do ensino particular.
1920	Criação da Universidade do Rio de Janeiro (âmbito federal).	Reunião de escolas superiores existentes: Politécnica e de Medicina e incorporação de uma das faculdades livres de Direito.
1934 - 1960	Criação da USP e da UDF	Instituições criadas com a perspectiva menos tecnicista e mais acadêmica (pesquisa e extensão).
1940 - 1960	Crescimento indiscriminado das instituições superiores.	Adoção do modelo francês (escolas isoladas de cunho profissionalizante desassociada da pesquisa e extensão) e do modelo norte-americano: departamentalização.
1960 -1970	Regime Militar	Interferência nos cursos da área de Ciências Sociais; incentivo a abertura e manutenção dos cursos profissionalizantes no ensino superior.
1970 -1990	Abertura política	O governo cria mecanismos para conter a expansão dos cursos superiores.
1990 - 2011	Educação como serviço	Aumento de vagas no ensino superior, maior presença da iniciativa privada e presença de recursos públicos no ensino particular. Adoção de políticas de acesso ao ensino superior que garantem através de incentivo fiscal e repasse de recursos públicos. A universidade operacional e funcional

Fonte: Fávero, 2006; Cunha, 1980; Cury, 2009; Silva, 2006; Mendonça, 2000; Minto, 2006; Chauí, 1980.

## APENDICE D – MODELO QUESTIONÁRIO ON-LINE

**Nome:** \*Apenas para controle de preenchimento do questionário

**Idade:**

**Você está atuando na área de turismo? \***

Sim.

Não, estou trabalhando em outra área.

Não estou trabalhando.

**Qual o ramo de atividade? Qual a área? Qual seu vínculo empregatício no momento? \***

Autônomo.

Cooperado.

Empresário.

Funcionário (CLT).

Funcionário público.

Prestador de serviço.

Outro:

**Quantos anos de experiência profissional você tem atuando somente em atividades turísticas (não considerar estágio)? \***

Entre 1 e 2 anos.

Entre 3 e 4 anos.

Entre 5 e 6 anos.

Mais de 7 anos.

Não tenho experiência/nunca atuei profissionalmente.

**Qual foi a sua principal dificuldade encontrada para obtenção do 1º emprego na área de turismo, pósformado?\***

Falta de conhecimento teórico.

Falta de conhecimento prático.

Falta de boas oportunidades no mercado.

Falta de experiência na área.

Não tive dificuldade.

Outro:

**Como você se mantém atualizado para seu exercício profissional? \*Múltipla escolha.**

Livros ou revistas especializadas.

Cursos à distância.

Eventos.

Cursos de curta duração.

Outro:

**Quais são suas características profissionais mais importantes? \*Múltipla escolha.**

Comunicatividade.

Empatia.

Pró-atividade.

Capacidade analítica.

Compreensão estatística.

Domínio de técnicas de marketing.

Empreendedorismo.

**Qual a sua idade quando concluiu sua graduação? \***

menos de 21 anos.

entre 21 e 24 anos.

entre 25 e 28 anos.

entre 29 e 32 anos.

Mais de 32 anos.

**Qual foi o intervalo de tempo da formatura até o ingresso no primeiro emprego na área de formação, pósformado?\***

Imediato, pois já trabalhava na área.

De 1 a 6 meses.

De 6 a 12 meses.

Acima de 12 meses.

Não se aplica; não trabalho neste segmento de mercado.

**Que tipo de atividade acadêmica você desenvolveu, predominantemente, durante o curso? \***

Atividades de iniciação científica ou tecnológica.

Atividades de monitoria.

Atividades em projetos de pesquisa conduzidos por professores da minha instituição.

Atividades de extensão promovidas pela minha instituição.

Nenhuma atividade.

**Como você finalizou sua graduação? \***

Projeto de viabilidade de um hotel ou empreendimento turístico.

Monografia.

Plano de negócio.

Relatório de estágio.

Projeto de iniciação científica.

**Quais publicações científicas, você desenvolveu após o curso, além das obrigatórias? \***

Artigos científicos.

Capítulo de livro.

Monografia ou Tese.

Poster em congresso.

Ensaio.

Nenhuma

**Em relação ao mercado de trabalho, como você avalia a dupla titulação do curso de turismo e hotelaria? \***

Facilita encontrar emprego por causa da dupla titulação.

Irrelevante.

Não sei dizer.

**Caso considere irrelevante, comente:**

**Além do bacharelado em Turismo e Hotelaria, realizado na UNEB, você cursou ou cursa outra graduação? \***

Sim.

Não.

**Qual o curso?**

**Por que outro curso?**

Maior empregabilidade.

Falta de identificação com a área de formação.

Complementação da formação em Turismo e Hotelaria.

Salário mais atrativo.

Outro:

**Em sua opinião, qual a principal contribuição do curso? \***

A obtenção de diploma de nível superior.

A aquisição de cultura geral.

A aquisição de formação profissional.

A aquisição de formação teórica.

Melhores perspectivas de ganhos materiais.

**Com relação ao curso de turismo, avalie conforme escala apresentada. \***

Péssimo Ruim Regular Bom Ótimo

Grade Curricular.

Laboratórios e equipamentos.

Corpo docente.

Conteúdos.

Péssimo Ruim Regular Bom Ótimo

Atividades

Extracurriculares.

Qualidade das aulas.

Nível de exigência do curso.

**Avalie seus conhecimentos em relação aos pontos abaixo, conforme escala. \***

Péssimo Ruim Regular Bom Ótimo

Aplicação e compreensão das legislações pertinentes e das políticas nacionais e regionais sobre turismo.

Domínio dos métodos e técnicas adequadas para realização de planejamento, programas ou projetos estratégicos relacionados a turismo.

Operacionalização de estudos de viabilidade econômico–financeiro de projetos e/ou empreendimentos turísticos/hoteleiros.

Elaboração de planos municipais e estaduais de turismo.

Detecção e intervenção positiva no mercado turístico com sua inserção em novos espaços, descoberta de novas áreas de negócios e novos campos turísticos emergentes ou inventariados.

Péssimo Ruim Regular Bom Ótimo

Planejamento e operacionalização do inventário turístico.

Classificação de estabelecimentos prestadores de serviços turísticos conforme critérios.

Inter-relação de informações históricas, geográficas, artísticas, esportivas, recreativas, religiosas e outros como forma de manifestação da comunidade humana.

Domínio de Língua estrangeira.

Domínio de produção textual.

Compromisso social (incluindo ética profissional).

Domínio dos softwares usados nas atividades turísticas e/ou hoteleiras.

Domínio das técnicas e ferramentas de marketing.

Elaboração e tabulação de pesquisas de mercado ou científica.

**A matriz curricular lhe preparou para o mercado? \***

Sim.

Não.

**Caso tenha respondido negativamente, explique:****Qual desses programas de pós graduação você concluiu ou está cursando? \***

Especialização.

Mestrado.

Doutorado.

Não se aplica; não ingressei em nenhum curso de pós-graduação.

**Qual a área?**